



RECOMENDAÇÕES PARA INTERVIR NO PATRIMÔNIO CAMPINENSE:
ESTUDO DE CASO PARA A RUA MACIEL PINHEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU

ILYSNAYRY GUIMARÃES DE COUTO

GUIA DE COMO INTERVIR NO PATRIMÔNIO CAMPINENSE:
UM ESTUDO DE CASO PARA A RUA MACIEL PINHEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC,
do Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Campina
Grande (UFCG) sob orientação da
professora Kainara Lira dos Anjos e
coorientação da professora Lízia Agra
Villarim.

CAMPINA GRANDE – PB, 2018


Trabalho de Conclusão de Curso “**Recomendações para intervir no patrimônio campinense: estudo de caso para a rua Maciel Pinheiro**”, apresentado por **ILYSNAYRY GUIMARAES DE COUTO**, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo outorgado pela Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Unidade Acadêmica de Engenharia Civil, Curso de Arquitetura e Urbanismo.

APROVADO EM: 18 de dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA:


Prof.^(a) Dr.^(a) KAINARA LIRA DOS ANJOS
Orientador(a) - Presidente

Prof.^(a) Me LIZIA AGRA
Orientador(a)


Prof. Me. Fabiano Melo
Examinador(a) Interno(a)


Prof. Me. Marcelo Barros
Examinador(a) Externo(a)

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo à Deus, que desde sempre me deu condições permitindo que eu chegasse até aqui, local que não se imagina como chegar, que a gente não percebe que chega o dia do “parece que foi ontem que vim fazer a matrícula”, mas cá estamos, entre altos e baixos, chegamos!

Agradecer por ter uma família que sempre me apoiou e que se desdobrou pra que eu terminasse esse curso, em especial minha mãe e meu irmão que “seguraram as pontas” durante todo esse tempo e a meu pai pelas simplificações dos serviços (kkkkk) e apoios naquelas (abençoadas) maquetes. Sem vocês eu não tinha chegado tão longe... Agradecer as bênçãos que eu ganhei na vida que são como minha 2 família a “mãe 2” e a irmã amarena que a vida me deu, que ao longo do período do curso e desse trabalho me deram um suporte imenso, deixando claro que eu ia chegar até aqui, e que acreditam demais em mim, agradeço a Deus por tê-los recebido de presente!

Agradecer a família que a gente escolhe, os amigos que aguentaram os abusos de fim de período, das noites mal dormidas (e as não dormidas também), quem vinha perguntar as atualizações do trabalho, dizer um “tô aqui” e “vai dar certo”, os que escutavam e que dentre tantos blá-blá-blá só tinham como responder com “vixe!”, obrigada vocês me aguentaram até aqui, são guerreiros mesmo obrigada seus lindos (Denise, Daniel, Elvira, Paulo). A todos os colegas de curso que apesar das rasteiras sobrevivemos. (Daniel, Isis, Lizandra, Maryanne, Thássia- guerreira nessa luta do agora vai, e das parcerias do dia-a-dia-) aos “meur minino” tudinho que tenho maior cuidado desde os primórdios dessa história toda, nossa turma é mágica!

Obrigada a quem especificamente ajudou com o trabalho cada imagem, jeitinho nas edições vocês foram “topster”. Aos professores que repassaram os conhecimentos e aos que nos guiaram, a orientadora que com toda paz desse mundo freitava meus estresses, e me ajudou a lapidar tudo isso, e por todas as dicas da coorientadora que acreditou demais nesse trabalho.

Obrigada a todos vocês, de coração!

Com amor, Ilys!

RESUMO

O presente trabalho visa reconhecer a importância da Rua Maciel Pinheiro, localizada no Centro Histórico de Campina Grande/PB, para a memória coletiva e como elemento que confere identidade ao povo campinense. O Centro Histórico também é a principal centralidade urbana, não só do município, mas de toda a região do Planalto da Borborema, e possui importante acervo Art Déco. Para isso, parte da contextualização sobre patrimônio e sobre a história da cidade e dos processos responsáveis pela atual configuração da Rua e de seu conjunto edificado, foram analisados, desde as primeiras atuações de urbanismo, até as intervenções no próprio patrimônio recentemente. Sendo estudado os graus de conservação, preservação, as áreas de atuação das legislações vigentes na cidade, como também os atributos marcantes para a composição das edificações que compõe o conjunto patrimonial em questão. Trazendo como objetivo geral os apontamentos de recomendações para que seja possível a facilidade de intervenção para a preservação do patrimônio, fortalecendo a apropriação do mesmo.

Palavras-chave: patrimônio, art-déco, preservação, identidade.

ABSTRACT

This case study aims to recognize the importance of Maciel Pinheiro Street, located in Campina Grande's Old Town, as a collective memory and as an element that gives identity to the people of Campina Grande. Old Town is also the main urban centrality, not only of the city, but also to all the "Borborema Plateau" region, and also has an important Art Déco collection. In order to do that, part of the contextualization about patrimony and about the history of the city and the processes responsible for the current setting of the Street and its edified group were analyzed, from the first urbanism acts, to the latest patrimony interventions. The degrees of conservation, preservation, the areas of expertise regarding the existing laws of the city, and its outstanding attributes for the composition of the buildings that are part of the patrimonial group were studied. The current study has, as a general objective, the notes of recommendation so that it becomes possible the easiness for an intervention to preserve the patrimony, strengthening its appropriation.

Keywords: Patrimony, Art-Déco, Preservation, Identity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	13
2.1 Considerações acerca do patrimônio	14
2.2 Conservação urbana integrada	19
2.3 Art Déco	21
3. O CENTRO HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE	22
3.1 Objeto de Estudo	23
3.2 Reforma Urbana	25
3.3 A Rua Maciel Pinheiro	29
3.4 Art Déco Sertanejo em Campina Grande	32
3.5 O Programa Campina Déco	41
4. A RUA MACIEL PINHEIRO: PROPOSTA DE GUIA PARA INTERVIR	44
4.1 Noção Sobre Ambiência	46
4.2 Caracterização do Patrimônio Edificado	47
4.3 Atributos Morfotipológicos	51
4.4 Diretrizes para Intervenção	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
6. REFERÊNCIAS	65

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01: Mapas de localização: Paraíba, Campina Grande e Centro Antigo	23
Imagem 02: Mapa de localização do centro antigo com as principais vias com zoom para o núcleo central atual	24
Imagem 03: Mapa Evolução Urbana de Campina Grande, década de 1970 e 1980	27
Imagem 04: Mapa Evolução Urbana de Campina Grande, década de 2000 e 2010	28
Imagem 05: Feira Livre de Campina Grande na R. Maciel Pinheiro	29
Imagem 06: R. Maciel Pinheiro em dia de feira, década de 1920	30
Imagem 07: Encontro do calçadão da Cardoso Vieira com a R. Maciel Pinheiro, quando era pedestrializada	31
Imagem 08: Century Hotel, de Henry Hohausser, 1939, Miami Beach, FL, USA.	32
Imagem 09: Sindicato dos comerciários, c. 1945, Campina Grande, PB	32
Imagem 10: Leslie Hotel, de Albert Anis, 1937	33
Imagem 11: Projeto de 1945, de José Barbosa, para Gil Bras, diretor do semanário “O rebate”	33
Imagem 12: Exemplos de superfícies de referência características do Art Déco Sertanejo	34
Imagem 13: Elementos morfológicos utilizados na análise das edificações	35
Imagem 14: Possibilidades de arranjos com elementos analisados	36
Imagem 15: Exemplos de superfícies de referência contendo arranjos dos elementos escolhidos	36
Imagem 16: Arranjos sintáticos de formas geométricas ou “grupos perceptuais” (Roukes, 1988:42) que aparecem no Art Déco Sertanejo. (adap.por Lia Monica Rossi e José Marconi Bezerra de Souza)	37
Imagem 17: Sobrado comercial com esquina boleada da década de 1940 no centro de Campina Grande, PB	38
Imagem 18: Prédio comercial no centro de Campina Grande, PB, da segunda década de 1940	38

Imagem 19: Platibanda com composição assimétrica, Centro de Campina Grande, PB	38
Imagem 20: Platibanda com prismas triangulares em sobrado comercial no centro de Campina Grande, PB, da década de 1940	38
Imagem 21: Mapa do centro de Campina Grande e delimitações	39
Imagem 22: Evolução ao longo das décadas e atual da R. Maciel Pinheiro	40
Imagem 23: Fachadas da R. Maciel Pinheiro enfatizando as cores	43
Imagem 24: Mapa estado de preservação	47
Imagem 25: Mapa estado de conservação	48
Imagem 26: Mapa de gabarito	49
Imagem 27: Mapa de sobreposição das legislações	50
Imagem 28: Ilustração com porcentagem dos gabaritos presentes na R. Maciel Pinheiro	52
Imagem 29: Ilustração representando os usos e suas porcentagens	53
Imagem 30: Ilustração representando a porcentagem da estrutura e dos tipos de vedação	53
Imagem 31: Ilustração tipos de cobertura e porcentagem de utilização	54
Imagem 32: Ilustração tipos de telhas e porcentagem de utilização	54
Imagem 33: Ilustração com a paleta de cores predominantes na R. Maciel Pinheiro	55
Imagem 34: Ilustração como revestimentos presentes nas fachadas	55
Imagem 35: Fotos da Rua Maciel Pinheiro fechada para os carros no feriado	59
Imagem 36: Fotos da Avenida Paulista, São Paulo- SP, como exemplo de rua que se fecha para os carros aos domingos e feriados	60

LISTA DE SIGLAS

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
CI	Conservação Integrada
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
SEPLAN	Secretaria de Planejamento e Gestão
PMCG	Prefeitura Municipal de Campina Grande
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
CECI	Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROBEX	Programa de Bolsas de Extensão

Cap. I

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Deve-se entender que a principal característica de um patrimônio é que a sua conservação seja de interesse público, e comum de seu povo, não se limitando a atender as expectativas e necessidades de apenas alguns setores da sociedade. Uma outra questão diz respeito às funções que o patrimônio edificado deve abrigar, não se limitando a uma fachada que serve apenas de painel para turistas, ainda mais evidente em determinadas épocas do ano. Com relação a preservação do patrimônio é importante considerar também o espaço arquitetônico que o compõe, as relações sociais que ali são geradas, moldadas pelos usos e costumes que já são herdados e mantidos ao longo do tempo. O patrimônio deve ter papel representativo, funcional tendo em vista que: se eu faço uso, se eu conheço, eu preservo.

Sabemos que boa parte das cidades brasileiras enfrentam problemas básicos com relação à oferta de serviços e equipamentos urbanos, que são mais perceptíveis à população em geral. Nesse contexto, a questão de preservação do patrimônio cultural (tanto material como imaterial) termina ficando em segundo plano, dentre as preocupações e problemáticas consideradas prioritárias pela população. Nas cidades de médio porte, esse contexto fica ainda mais evidente como é o caso de Campina Grande, cidade localizada no agreste do estado da Paraíba. Além de que há uma deficiência na capacidade de atuação da normativa, não só de regular e de fazer com que se cumpra, mas também de permitir sua fácil interpretação dificultando a viabilização das intervenções no patrimônio edificado.

A partir da problemática apresentada, foi definido para o presente trabalho como objeto de estudo o Centro Histórico de Campina Grande, Paraíba. A partir do caso da Rua Maciel Pinheiro, rua de grande importância para a cidade desde sua formação, propõe-se a elaboração de guia sobre como intervir no núcleo central da cidade, visando facilitar para quem intervém. Pretende-se igualmente, contribuir para a preservação do patrimônio edificado de maneira mais eficiente, evitando que medidas funcionais gerem reformas que venham a descaracterizar o edifício, sem agregar valor, além de difundir e fortalecer a ideia que: preservar é muito mais que tomar.

Sendo assim, o trabalho tem como objetivo geral propor recomendações para intervenção em edificações com grau de conservação parcial na Rua Maciel Pinheiro no Centro Histórico de Campina Grande/PB. Apresenta como objetivos específicos: (i) Elaborar com base no contexto histórico da cidade, um diagnóstico das causas norteadoras para

descaracterização do patrimônio edificado; (ii) analisar as intervenções urbanas e as transformações arquitetônicas e urbanísticas do objeto de estudo identificando padrões ou erros recorrentes; (iii) caracterizar o patrimônio edificado da Rua Maciel Pinheiro identificando os atributos, e elaborar diagnóstico das edificações com grau de conservação parcial.

O trabalho está estruturado em três partes. Na primeira é apresentado o referencial teórico no qual faz-se considerações acerca do patrimônio de maneira mais geral, trazendo conceitos e esclarecimentos necessários em relação as definições de patrimônio, e sobre termos que se relacionam diretamente. Como também uma breve abordagem sobre as cartas patrimoniais, conservação urbana integrada e sobre Art. Déco.

Na segunda, é mostrado um apanhado geral sobre o objeto de estudo, a localização, sobre as transformações que sofreu, sobre o contexto histórico da cidade e da Rua Maciel Pinheiro respectivamente, e conseqüentemente sobre o art. Déco sertanejo e o Campina Déco, movimentos emblemáticos para a caracterização do patrimônio da cidade.

Já na terceira parte, apresenta-se uma análise mais específica do conjunto edificado, precedido pelo conceito de ambiência. Na caracterização do patrimônio é analisado alguns aspectos, como grau de preservação e conservação, a sobreposição das legislações, os atributos morfotipológicos definidos no caso, em: gabarito, usos, estrutura, coberta, acabamento e revestimento. Ao final dessa parte é abordado as recomendações previstas para a intervenção no conjunto patrimonial da Rua Maciel Pinheiro.

Por fim, são apresentadas as considerações finais, abordando as conclusões e apontamentos julgados necessários para a consolidação da preservação do patrimônio, focado na memória coletiva e na apropriação do patrimônio pela sociedade como um todo.

Cap. II

REFERENCIAL TEÓRICO- METODOLÓGICO

2.1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO PATRIMÔNIO

• ***SOBRE PATRIMÔNIO, PATRIMÔNIO CULTURAL E BEM CULTURAL***

Segundo Choay (2001), a expressão patrimônio histórico designa um bem destinado a usufruto de uma comunidade, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum. Patrimônio histórico remete a uma instituição e a uma mentalidade. Como também afirma que o domínio patrimonial não se limita as edificações isoladas, mas ao conjunto urbano, ou seja, passa a compreender o grupo de edificações; de casas e bairros, inclusive cidades inteiras.

No Brasil, o órgão responsável pela proteção e promoção dos bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essa autarquia federal teve sua origem em 1937 com a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1946 o SPHAN é transformado em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Nesse mesmo ano é instituído o Decreto-lei nº. 8.534 que define como suas funções “inventariar, classificar, tomba e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país” (BRASIL, 1946a, art. 2). Suas finalidades foram apresentadas mais detalhadamente do que na Lei nº 378/37. A DPHAN também deveria promover:

I – a catalogação sistemática e a proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil; II – medidas que tenham por objetivo o enriquecimento do patrimônio histórico e artístico nacional; III – a proteção dos bens tombados na conformidade do Decreto-lei número 25, de 30 de novembro de 1937 e, bem assim, a fiscalização sobre os mesmos, extensiva ao comércio de antiguidades e de obras de arte tradicional do país, para os fins estabelecidos no citado decreto-lei; IV – a coordenação e a orientação das atividades dos museus federais que lhe ficam subordinados, prestando assistência técnica aos demais; V – o estímulo e a orientação no país da organização de museus de arte, história, etnografia e arqueologia, quer pela iniciativa particular, quer pela iniciativa pública; VI – a realização de exposições temporárias de obras de valor histórico e artístico, assim como de publicações e quaisquer outros empreendimentos que visem difundir, desenvolver e apurar o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 1946a, art. 2).

Já acerca do Patrimônio Cultural esclarecido pelo IPHAN entende-se que: O Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, teve seu conceito acerca de patrimônio expandido após a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, substituindo a nomeação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro, incorporando o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial.

Enquanto o Decreto de 1937 estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, o Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (IPHAN)

Com relação ao termo “Bem Cultural”, o IPHAN apresenta a seguinte definição:

Para fins da presente Convenção são considerados como bens culturais, qualquer que seja a sua origem ou o seu proprietário: a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos; b) Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos na alínea (a), como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea (a) em caso de conflito armado; c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais que são definidos nas alíneas (a) e (b), os chamados “centros monumentais”. (GUEDES; MAIO, 2016)

Assim, em outras palavras significa que: no caso brasileiro, patrimônio se restringe ao que é tombado, inventariado, ou seja, tem uma institucionalização desse reconhecimento, e os bens culturais são coisas as quais a sociedade reconhece o seu valor, o que ocorre com as edificações da Rua Maciel Pinheiro.

- **SOBRE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO**

Conservação implica no uso racional de um recurso qualquer, ou seja, em adotar um manejo de forma a obter rendimentos garantindo a auto sustentação do meio ambiente explorado (MONTEIRO 2010). Já a preservação é associada à “gestão prática” do patrimônio por meio da implementação de instrumentos de identificação, proteção e gestão. “Preservação” então compreende como um conjunto de ações que constituem o que, atualmente, se denomina “processo de patrimonialização”. Esse processo tem início com a atribuição de valor a determinados objetos, construtos, obras da natureza, paisagens, saberes e práticas e se completa com ações concretas que visam mantê-los ou lhes dar continuidade. (SANT’ANNA, 2015)

Em outras palavras preservação é quando identificamos os danos causados pelo tempo e por variados fatores, e assim tentamos amenizá-los. Já a conservação é o processo após à preservação, onde tentamos manter o resultado obtido na restauração/preservação.

- **CARTAS PATRIMONIAIS**

As Cartas Patrimoniais são documentos que contém desde conceitos a medidas para ações administrativas com diretrizes de documentação, promoção da preservação de bens, planos de conservação, manutenção e restauro de um patrimônio, seja histórico, artístico e/ou cultural. Elaboradas por especialistas e organismos que trabalham com a temática já foram elaboradas mais de 40 cartas (IPHAN, 2015), e as quais permanecem atuais, sendo constantemente complementadas.

São muitos os documentos elaborados, alguns descritos de forma mais detalhada, outros de forma mais simplificada, porém, todos têm uma importante contribuição para o tema relacionado à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural. No que tange aos objetivos do presente trabalho, foram selecionadas aquelas cartas essenciais para a discussão e análises aqui apresentadas, sendo elas: Carta de Veneza (1964), sobre conservação e restauração de monumentos e sítios; Carta de Quito (1967), sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico; Declaração de Amsterdã (1972), que apresenta os princípios da Conservação Urbana Integrada; Carta de Restauro (1972); Carta de Burra (1999), sobre conservação e gestão dos sítios com significado cultural.

CARTA DE VENEZA

(Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, de maio de 1964)

A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural.

A conservação e a restauração dos monumentos visam salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico, mediante conservação permanente. Entendendo que a conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios. (IPHAN)

CARTA DE QUITO

(Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse Histórico e Artístico, de novembro/dezembro de 1967)

A ideia do espaço é inseparável do conceito do monumento e, portanto, a tutela do Estado pode e deve se estender ao contexto urbano, ao ambiente natural que o emoldura e aos bens culturais que encerra.

Todo monumento nacional está implicitamente destinado a cumprir uma função social. Cabe ao Estado fazer com que ela prevaleça e determinar, nos diferentes casos, a medida em que a referida função social é compatível com a propriedade privada e com o interesse dos particulares mas sua eficácia prática dependerá, de sua adequada formulação dentro de um plano sistemático de revalorização dos bens patrimoniais em função do desenvolvimento econômico-social. (IPHAN)

DECLARAÇÃO DE AMSTERDÃ
(Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu (1975))

O documento descreve considerações essenciais que envolvem a preservação e valorização do patrimônio europeu. Tratando a arquitetura característica da Europa como um patrimônio comum, mostrando a importância da cooperação dos países europeus para sua proteção. Como também que a conservação do patrimônio se insere numa nova perspectiva geral, atenta aos novos critérios de qualidade e de medida, e que deve permitir inverter, de hoje em diante a ordem das escolhas e dos objetivos, frequentemente determinada pelo curto prazo, por uma visão estreita da técnica e, finalmente, por uma concepção superada. Foi influenciada pelas ideias dos planejadores bolonheses e pelo sucesso mundial de suas realizações na recuperação de áreas históricas degradadas, habitadas por grupos de baixa renda.

CARTA DE RESTAURO
Ministério da Instrução Pública (Governo Da Itália 1972)

O presente documento aborda a restauração tratada como intervenção, não necessariamente direta, mas aquela com a finalidade de manter em funcionamento, facilitar a leitura e transmitir integralmente as obras. São descritas diretrizes, etapas, responsabilidades, trabalhos, técnicas e programas para a preservação e restauração dos bens. Traz artigos que descrevem diretrizes para intervenções de restauração em todos os tipos de obra de arte, desde monumentos arquitetônicos, pinturas e esculturas a conjunto de edifícios de interesse monumental, histórico ou ambiental, centros históricos, coleções artísticas e jardins de especial importância.

CARTA DE BURRA ICOMOS (Austrália, 1999)

Segue linhas de orientação de conservação e gestão dos sítios com significado cultural, reconhece a necessidade de envolver pessoas nos processos de formação das decisões aborda questões relacionadas às definições de conceitos de conservação e preservação por meio de manutenção e restauração, reconstrução (dadas às exceções, circunstâncias e características de elementos a serem implantados e mantidos) e procedimentos de intervenção, além de esclarecer termos como: bem, significado cultural, substancia, conservação, manutenção, preservação, restauração e reconstrução.

Acrescentando um gráfico para ser analisado e encontrado a significância cultural, trazendo um processo de planejamento que orienta como chegar às decisões para os sítios, incluindo o fluxograma para torna-lo mais claro.

2.2 CONSERVAÇÃO URBANA INTEGRADA

A conservação urbana integrada tem origem no urbanismo progressista italiano dos anos 1970. Mais especificamente, da experiência de reabilitação do centro histórico da cidade de Bolonha, iniciada nos últimos anos da década de 1960, e conduzida por políticos e administradores ligados ao Partido Comunista Italiano. Nos anos 1970 e 1980, esses princípios foram aplicados em várias cidades italianas e espanholas. Nos dois países, a conservação integrada serviu como argumento teórico e prático para as administrações municipais de esquerda, e suas realizações como bandeira para a construção de uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular nas decisões do planejamento urbano e regional, sabendo que o território é o campo de manifestação e representação da diversidade da cultura. (ZANCHETI, 2004)

Zancheti (2004) ainda afirma que: A sistematização básica dos princípios da conservação integrada foi realizada em 1975 e expressa na Declaração de Amsterdã que reúne os princípios da CI (conservação integrada) podendo ser resumidos segundo os seguintes enunciados:

- O patrimônio arquitetônico contribui para a tomada de consciência da comunhão entre história e destino.
- O patrimônio arquitetônico é composto de todos os edifícios e conjuntos urbanos que apresentem interesse histórico ou cultural. Nesse sentido, extrapola as edificações e conjuntos exemplares e monumentais para abarcar qualquer parte da cidade, inclusive a moderna.
- O patrimônio é uma riqueza social; portanto, sua manutenção deve ser uma responsabilidade coletiva.
- A conservação do patrimônio deve ser considerada como o objetivo principal da planificação urbana e territorial.
- As municipalidades são as principais instituições responsáveis pela conservação; portanto, devem trabalhar de forma cooperada.
- A recuperação de áreas urbanas degradadas deve ser realizada sem modificações substanciais da composição social dos residentes nas áreas reabilitadas.
- A conservação integrada deve ser calcada em medidas legislativas e administrativas eficazes.

- A conservação integrada deve ser apoiada por sistemas de fundos públicos que apoiem as iniciativas das administrações locais.
- A conservação do patrimônio construído deve ser assunto dos programas de educação, especialmente dos jovens.
- Deve ser encorajada a participação de organizações privadas nas tarefas da conservação integrada.
- Dever ser encorajada a construção de novas obras arquitetônicas de alta qualidade, pois elas serão o patrimônio de hoje para o futuro.

Em termos do planejamento do território, a grande questão que se coloca é como manter um processo de transformação do território que não cancele essa herança e que inclua o novo numa relação de harmonia do ponto de vista da cultura, do espaço, das tradições e da configuração, para evitar que aconteça a abdicação de fazer uso da área por se tornar uma área monótona, e repetitiva.

Além do discurso do “abandono”, outro lugar-comum recorrente na invenção e constituição dos bairros e centros históricos é a propalada necessidade de fruição cultural desses espaços. Por meio de uma determinada conceituação de “cultura”, “arte” e “história” que estabelece narrativas técnicas (inspiradas em saberes acadêmicos) de valorização de aspectos estéticos e paisagísticos das áreas de fundação urbana, são eleitas aquelas materialidades e imaterialidades merecedoras de reconhecimento e ações de proteção, restauro, refazimento, apoio e fomento e aquelas não merecedoras, que ficarão à margem das políticas governamentais e dos patrocínios privados. Os bairros e centros históricos não são percebidos, então, como espaços de viver, e sim de ver e “aprender sobre”, uma reserva da paisagem urbana que deve ser preservada esteticamente para que as gerações futuras possam conhecê-la como um museu “à moda antiga”, uma cidade-cenário (GARCÍA CANCLINI, 1997; JEUDY, 2005, apud PORTAL DO IPHAN).

2.3 ART DÉCO

Art Déco é um estilo artístico de caráter decorativo que pode ser encontrado em diferentes áreas, inclusive na arquitetura. Teve o seu apogeu nos anos de 1930, sendo caracterizado pelo uso de materiais novos até então utilizados, e por uma geometria marcante, de formas “aerodinâmicas, retilíneas, simétricas e zigzagueantes” (ROSSI, 2010). Estilo que foi visto na época como ultramoderno e de alto luxo, voltado a burguesia do pós-guerra.

Era habitual serem usados na base compensados de madeira e concreto armado, considerando as influências do Cubismo. Utilizavam pontos de vista diferentes ao mesmo tempo, através de planos que avançavam e recuavam, estabelecendo relação de harmonia no espaço, e levavam em consideração a forte expressão e importância da arte. No entanto, não abre mão do refinamento, fazendo uso dos ornamentos de bronze, mármore, prata, marfim e outros materiais nobres, era marcado também por detalhes decorativos próprios como: cornijas, frisos, ornamentos, saliências e frontão adornado. (Portal do Iphan)

Se de fato seus exemplos mundiais mais conhecidos ostentam mármore e metais reluzentes, no interior nordestino brasileiro o Art Déco inspirou a criatividade de pequenos construtores que adaptaram o geometrismo do estilo às fachadas e platibandas de suas modestas moradas de porta-e-janela de herança colonial. Uma alvenaria sem luxo, mas que poderia representar o “desejo de refletir novos tempos e ritmos, mesmo que só através das fachadas” (Queiroz 2008: 234 apud SOUZA e ROSSI, 2014). A essas manifestações populares anônimas do estilo, Rossi (1984) denominou de Art Deco Sertanejo.

Cap. III

O CENTRO HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE

3.1 OBJETO DE ESTUDO

Localizada no estado da Paraíba – Brasil, a cidade de Campina Grande foi fundada no final do Século XVII. De um pequeno vilarejo, transformou-se em vila no ano de 1790 e se estabeleceu como cidade em 1864. O município possuía um núcleo urbano restrito, englobando um total de 731 edificações delimitadas através de ruas e becos chegando ao final do século XIX como o principal centro comercial da Paraíba (CÂMARA, 1947, p. 79 apud QUEIROZ, 2008, p. 23). Localiza-se na região agreste no estado da Paraíba, sendo considerada um dos principais polos industriais da Região Nordeste. "Durante as primeiras cinco décadas do século XX foi uma das maiores produtoras de algodão do país, exportando o chamado "ouro branco" para várias cidades do mundo, bem como, implantando na cidade, fábricas têxteis importantes e empresas beneficiadoras do produto" (AFONSO, 2015).



Imagem 01: Mapas de localização: Paraíba, Campina Grande e Centro Histórico

Fonte: Arquivo Pessoal



Imagem 02: Mapa de localização da poligonal definida pelo IPHAEP, com as principais vias com zoom para o núcleo central atual
Fonte: SEPLAN-Adaptado

3.2 REFORMA URBANA

Campina Grande passou por uma grande reforma urbana, (transformando principalmente o centro da cidade, modernizando-o). Iniciada em 1926, pelos primeiros calçamentos com paralelepípedos e cimento, teve como ponto de partida na antiga praça “Epitácio Pessoa”, no governo de Lafayete Cavalcanti (GOMES, 2005).

Segundo Souza (2001), na década de 1930, o projeto de reforma urbana denominado como “Bota-Abaixo” demoliu os antigos prédios para a construção de edificações consideradas modernas e para abertura de novas vias. Com os ideais de modernização e higienismo, o prefeito da época Pereira Diniz, decretou o regulamento sobre as construções da área central da cidade, o qual ordenava que as casas térreas devessem ser substituídas por prédios. A medida valia para diversas áreas importantes da cidade incluindo a Maciel Pinheiro. A partir de então só seriam permitidas construções com mais de um pavimento. (TAVARES, 2016)

A primeira modernização, ainda não moderna em termos de arquitetura, tendo em vista que em caráter arquitetônico as atuações presentes nas edificações eram do estilo déco, porém entre os anos 1930 e 1940, foi uma época que representou uma fértil chegada dos conceitos modernos, como funcionalidade e eficiência. No mesmo período, em várias cidades do Brasil e do mundo, ocorreram reformas que buscavam sanar os problemas derivados do urbanismo colonial. As cidades passaram por intervenções que visavam o saneamento básico, desobstrução de vias, desafogamento do trânsito e embelezamento, ou seja, buscavam higiene, circulação e estética. (VILLARIM 2011)

Esse processo, soltou as casas dos limites do terreno para a ventilação e insolação das “alcovas” consideradas insalubres, diversificou os programas, redistribuiu os espaços, inseriu novos materiais construtivos e mecanizou o abastecimento d’água e a coleta de esgoto. No campo formal, o neocolonial, o estilo missões, os chamados bangalôs e o art déco (que dominou grande parte da produção arquitetônica desse momento) conformaram a imagem pública dessa primeira fase de modernização. (MOREIRA, 2006).

A reforma teve como representante revolucionário, Vergniaud Wanderley, recebendo muitas críticas no início devido as alterações do traçado e a demolição quase completa do patrimônio arquitetônico de raiz colonial e os sobrados em estilo eclético. No entanto, nos anos seguintes foi compreendido, tendo em vista que a cidade estava em crescimento e as medidas foram necessárias para o seu desenvolvimento.

Devido a falta de recursos para atender as burocracias impostas pelo “bota-abaixo”, alguns moradores tiveram que abandonar a area central da cidade, perdendo em grande parte termos materiais, o que tornou a rua exclusivamente comercial. (GUTEMBERG 2002; apud TAVARES 2016)

O historiador Josemir Camilo em 2009, relatou que: “Em 1940, o prefeito Vergniaud Wanderley iniciou a reorganização urbanística, levando em consideração o “código de obras” elaborado anteriormente, com o objetivo de calçar ruas e abrir avenidas, entre estas a conhecida avenida chamada Floriano Peixoto. Mesmo preocupando-se em dotar a cidade de um aspecto cada vez mais moderno, ele vai criar novos espaços e destruir velhos espaços sociais. Vergniaud Wanderley inspirava-se no processo de urbanização do Rio e São Paulo tentava colocar em prática seu modelo de “urbes” moderna...”. (RETALHOS HISTORICOS DE CAMPINA GRANDE)

Em entrevista dada ao diário da borborema em 08 de julho de 1979, Vergniaud Wanderley disse: “Ao fazer a reforma, que é do conhecimento de todos que naquela época habitavam a nossa urbes, eu vislumbrei a hipótese de Campina tornar-se até mesmo a Capital do nosso Estado, por isso mesmo, iniciei uma reforma urbanística que apesar das dificuldades da época, foi dada a um bom termo posso assim dizer, porque as bases, as preliminares, as coordenadas do grande desenvolvimento foram traçadas naquela época por mim, e hoje, eu encontrei Campina em pleno desenvolvimento, suas belas avenidas, as ruas plenas de comércio intenso, fazendo jus ao seu nome, e desde a minha época era conhecida com à Capital do Nordeste”. (RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE).

MAPAS EVOLUÇÃO URBANA CAMPINA GRANDE

DÉCADA DE 1970



⌚
Campina Grande, Paraíba
(década de 1970)

DÉCADA DE 1980



⌚
Campina Grande, Paraíba
(década de 1980)

Imagem 03: Mapa Evolução Urbana de Campina Grande, década de 1970 e 1980

Fonte: SEPLAN- Adaptado

DÉCADA DE 2000



DÉCADA 2010



Imagem 04: Mapa Evolução Urbana de Campina Grande, década de 2000 e 2010
Fonte: SEPLAN- Adaptado

3.3 A RUA MACIEL PINHEIRO

Conhecida inicialmente como Rua do Seridó, tornou-se Rua Grande e, posteriormente Rua Maciel Pinheiro em homenagem a Luiz Ferreira Maciel Pinheiro (1839-1889) importante promotor público, juiz e jornalista da época (ARAUJO; SOUSA, 2011 apud TAVARES,2016)

A importância da Rua Maciel Pinheiro em Campina Grande-PB dá-se desde as primeiras movimentações de comércio na Cidade, na imagem abaixo da década de 1920, podemos ver o registro da feira livre, e no letreiro da casa comercial o nome "LUNDGREN" que é um sobrenome famoso na região da Paraíba pela atuação da família sueca no ramo dos tecidos, e que fundou as "Casas Pernambucanas".



Imagem 05: Feira Livre de Campina Grande na R. Maciel Pinheiro

Fonte: cgretalhos.blogspot.com

Como na maior parte da cidade, a Rua Maciel Pinheiro formava com a praça Epitácio Pessoa um conjunto urbano uniforme, com usos comerciais, residências e de serviços. Os prédios estavam assentados em seus lotes estreitos, compridos e escansos, sobre o alinhamento regular da rua e colados uns aos outros pelas laterais, configurando compactas massas edificadas e planos contínuos de fachadas. Estas delimitavam a própria rua e a praça, funcionando como únicos elementos de separação entre o que era público e o que era privado. (QUEIROZ, 2010)

A própria conformação da Rua Maciel Pinheiro se deu com a ocupação dos que viviam do comércio e de pequenos ofícios, quase todos forasteiros (CÂMARA, 1947.p63). Foi esse tipo de ocupação que chegou ao século passado, predominantemente de comerciantes e profissionais liberais, uma “classe média” intermediária. (QUEIROZ, 2010).



Imagem 06: R. Maciel Pinheiro em dia de feira, década de 1920

Fonte: cgretalhos.blogspot.com

“No período da década de 1970 acontecem transformações no que diz respeito ao urbanismo da Rua Maciel Pinheiro, pois houve a alteração da circulação pela proibição do tráfego de veículos, destinando-se a via ao uso exclusivo de pedestres e vendedores ambulantes, sendo conhecida, na época, como “Calçadão”. Na arquitetura, houveram alterações significativas como a construção de volumes, falsas fachadas, placas, letreiros, marquises, vedação de vãos de portas e janelas, substituição de esquadrias, acréscimo de pavimentos, etc. começaram, com isso, a ocultar e agredir estética e fisicamente com as edificações.” (VILLARIM, 2011)



Imagem 07: Encontro do calçadão da Cardoso Vieira com a R. Maciel Pinheiro, quando era pedestrializada
Fonte: cgretalhos.blogspot.com

3.4 ART DÉCO SERTANEJO EM CAMPINA GRANDE

O interior nordestino não tinha idade nem ouro suficiente para seguir a representatividade artística e arquitetônica do barroco e art nouveau presente em Minas Gerais e no Paraná. Sendo assim, encontrou na estética do art déco a imagem adequada que era disseminada pelo cinema. Imagem confirmada por duas correntes norte-americanas o styling e o streamlining proclamando o otimismo produtivo e consumista, nos anos 1930 e 1940 em que a aparência é o principal fator de venda e nos anos 1950 que focava na aerodinâmica de maneira superficial enfatizando a aparência de velocidade. (ROSSI,1994)



Imagem 08: Century Hotel, de Henry Hohauser, 1939, Miami Beach, FL, USA.

Fonte: Lia Monica Rossi



Imagem 09: Sindicato dos comerciários, c. 1945, Campina Grande, PB

Fonte: Lia Monica Rossi

[...] a indústria cinematográfica exporta o glamour das estrelas e dos cenários e, a partir dos twenties, fachadas e interiores de várias partes do mundo vão interpretando, à sua maneira, os padrões mitificados das colinas de Hollywood. Daí em diante o gradiente do modernismo atinge outros mercados e encontra um nordeste que começa a se urbanizar com os lucros agrícolas, provindos notadamente do algodão e da pecuária. (ROSSI, 1994, p.89)



Imagem 10: Leslie Hotel, de Albert Anis, 1937
Fonte: Lia Monica Rossi



Imagem 11: Projeto de 1945, de José Barbosa, para Gil Bras, diretor do semanário "O rebate".
Fonte: Lia Monica Rossi

Em um congresso de Design em 2014, Lia Monica Rossi e José Marconi Bezerra de Souza fizeram uma análise morfológica e sintática dos elementos geométricos das fachadas do considerado Art Déco sertanejo. Analisaram sintaticamente, observando a maneira como os elementos se relacionam entre si. Sustentaram a análise no campo da percepção pela Teoria da Gestalt e no campo da geometria pelas Leis da Simetria. Combinando essas teorias chegaram então a quatro categorias de análise: a **superfície** onde ocorrem as composições, os **elementos** dessas composições, os **arranjos** de elementos iguais entre si, e os **agrupamentos** perceptuais dos elementos. (SOUZA e ROSSI, 2014)

- **SUPERFICIE**

As fachadas e platibandas foram tratadas como superfícies bi-dimensionais com composições de elementos geométricos dentro de seus limites ou bordas. Os volumes geométricos que coroam as platibandas recortadas características do estilo Art Déco e seus eventuais ressaltos e molduras também são definidores dessa superfície.



Imagem 12: Exemplos de superfícies de referência características do Art Déco Sertanejo.

Fonte: Lia Monica Rossi e José Marconi Bezerra de Souza

- **ELEMENTOS**

Foram escolhidos três elementos morfológicos: uma linha (vertical), uma forma (retângulo) e um prisma (triangular).

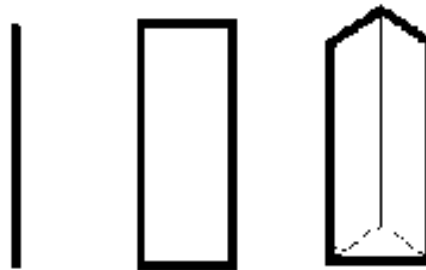


Imagem 13: Elementos morfológicos utilizados na análise das edificações.
Fonte: Lia Monica Rossi e José Marconi Bezerra de Souza

- **ARRANJOS DE ELEMENTOS IGUAIS**

Os elementos morfológicos iguais entre si se relacionam basicamente por simetria, como visto em Bonsiepe (1978: 164), Wilmer (1978: 109), Waddington (1979: 37) e outros. Associando a terminologia e os conceitos desses autores podemos afirmar que as maneiras básicas de obter simetria são repetição, espelhamento, rotação, gradação e suas combinações. Na mesma direção, em referência à “ação” entre os elementos, Leborg (2006: 38) fala em “atividades” e “relações”, ou seja, o uso de verbos criativos tais como repetir, combinar, ampliar, superpor etc. (SOUZA e ROSSI, 2014)

Imagem 14: Possibilidades de arranjos com elementos analisados

Fonte: Lia Monica Rossi e José Marconi Bezerra de Souza

	Linha	Retângulo	Prisma
2 Repetição vertical			
3 Repetição diagonal			
4 Espelhamento			
5 Rotação			
6 Rotação + espelhamento			
7 Repetição + justaposição			
8 Repetição + espelhamento + justaposição			
9 Gradação			
10 Gradação + justaposição			
11 Sobreposição			
12 Gradação + sobreposição			

Na matriz ao lado vemos os três elementos escolhidos (linha vertical, retângulo e prisma triangular) e suas possibilidades de arranjos por simetria e por verbos criativos.

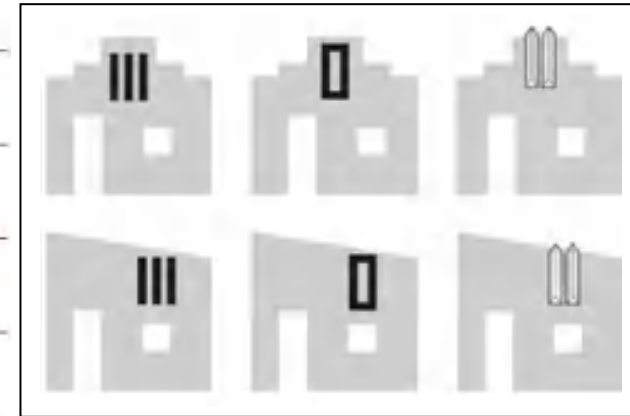


Imagem 15: Exemplos de superfícies de referência contendo arranjos dos elementos escolhidos.

Fonte: Lia Monica Rossi e José Marconi Bezerra de Souza

- **GRUPOS PERCEPTUAIS**

A simples identificação de elementos geométricos como linhas, formas e prismas não é suficiente para caracterizar composições no estilo art déco. Para isso deve-se identificar os princípios de organização dos “grupos perceptuais” que formam tais composições. Roukes (1988) estabelece que o “agrupamento perceptual é a maneira de combinar coisas para produzir gestalts”, assumindo que “uma gestalt visual é uma unidade percebida” (ROUKES, 1988:42 apud SOUZA e ROSSI, 2014).

Da mesma forma dos princípios que regem a sintaxe da língua combinando as palavras e formando o sentido do discurso, toma-se a analogia aplicada ao art déco executado nas edificações, a partir disso segundo Roukes (1988), mostra-se a definição dos grupos perceptuais que são: **Proximidade** os elementos estão próximos, mas não se tocam. **Justaposição** os elementos se tocam, fortemente agrupados. **Enclausuramento** os elementos estão dentro de uma forma sendo maior, enclausurando-os. **Fusão** os elementos estão combinados e fisicamente integrados numa única forma. **Fechamento** elementos estão dispostos de modo que uma forma conhecida (e.g. Um quadrado ou círculo) é percebida. Em outras palavras, a forma conhecida “fecha” os elementos e os transforma em fragmentos de um todo. **Sobreposição** os elementos estão uns por cima dos outros. (apud SOUZA e ROSSI, 2014).

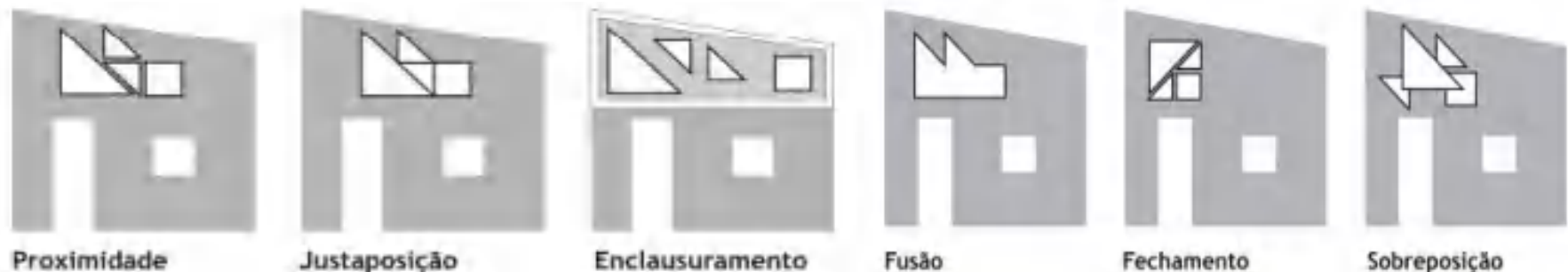


Imagem 16:Arranjos sintáticos de formas geométricas ou “grupos perceptuais” (Roukes, 1988:42) que aparecem no Art Déco Sertanejo. (adap.)

Fonte: Lia Monica Rossi e José Marconi Bezerra de Souza



Imagem 17: Retângulos em repetição formando um colar (fechamento) nesta fachada com pilastras coroadas por prismas retangulares em gradação (sobreposição). Sobrado comercial com esquina boleada típico da primeira metade da década de 1940 no centro de Campina Grande, PB
Fonte: Lia Monica Rossi e José Marconi Bezerra de Souza



Imagem 18: Molduras de retângulos repetidos e aglutinados na platibanda (justaposição), um só abaixo, e repetidos aos pares por espelhamento na sacada (sobreposição). Janelas originais. Prédio comercial no centro de Campina Grande, PB, provavelmente da segunda década de 1940.
Fonte: Lia Monica Rossi e José Marconi Bezerra de Souza



Imagem 19: Platibanda com retângulos em composição assimétrica, mas mostrando espelhamento à direita e gradação e sobreposição nas extremidades diferentes à esquerda e à direita. Centro de Campina Grande, PB
Fonte: Lia Monica Rossi e José Marconi Bezerra de Souza

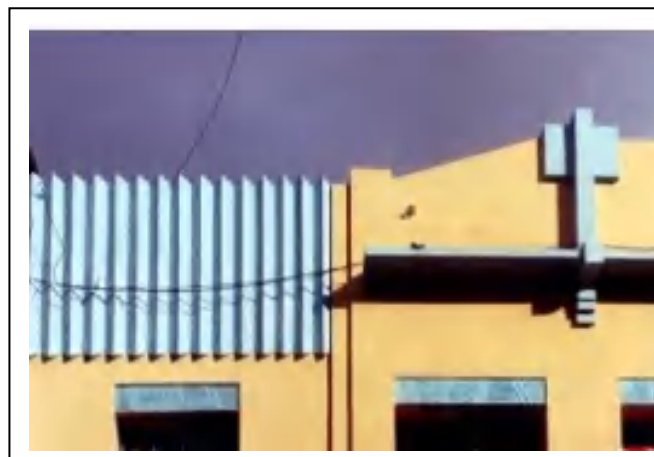


Imagem 20: Prismas triangulares verticais em repetição recortam a platibanda (justaposição). Ao lado, cornija encimada por prismas retangulares sobrepostos. Nas vergas das janelas, adorno em relevo de retas paralelas repetidas horizontalmente e inclinadas (justaposição). Sobrado comercial no centro de Campina Grande, PB, da década de 1940
Fonte: Lia Monica Rossi e José Marconi Bezerra de Souza

O mapa abaixo apresenta as delimitações do bairro do Centro definido pela Prefeitura Municipal de Campina Grande-PMCG, do perímetro do Centro Histórico definido pelo IPHAEP por meio do Decreto Estadual 25.139 de 2004, e da poligonal referente ao patrimônio cultural tombado definido pela prefeitura municipal. Apresenta a inserção nelas das edificações do estilo Art Déco, Moderno, Vernacular e Eclético, como também pontua os espaços livres públicos da primeira e

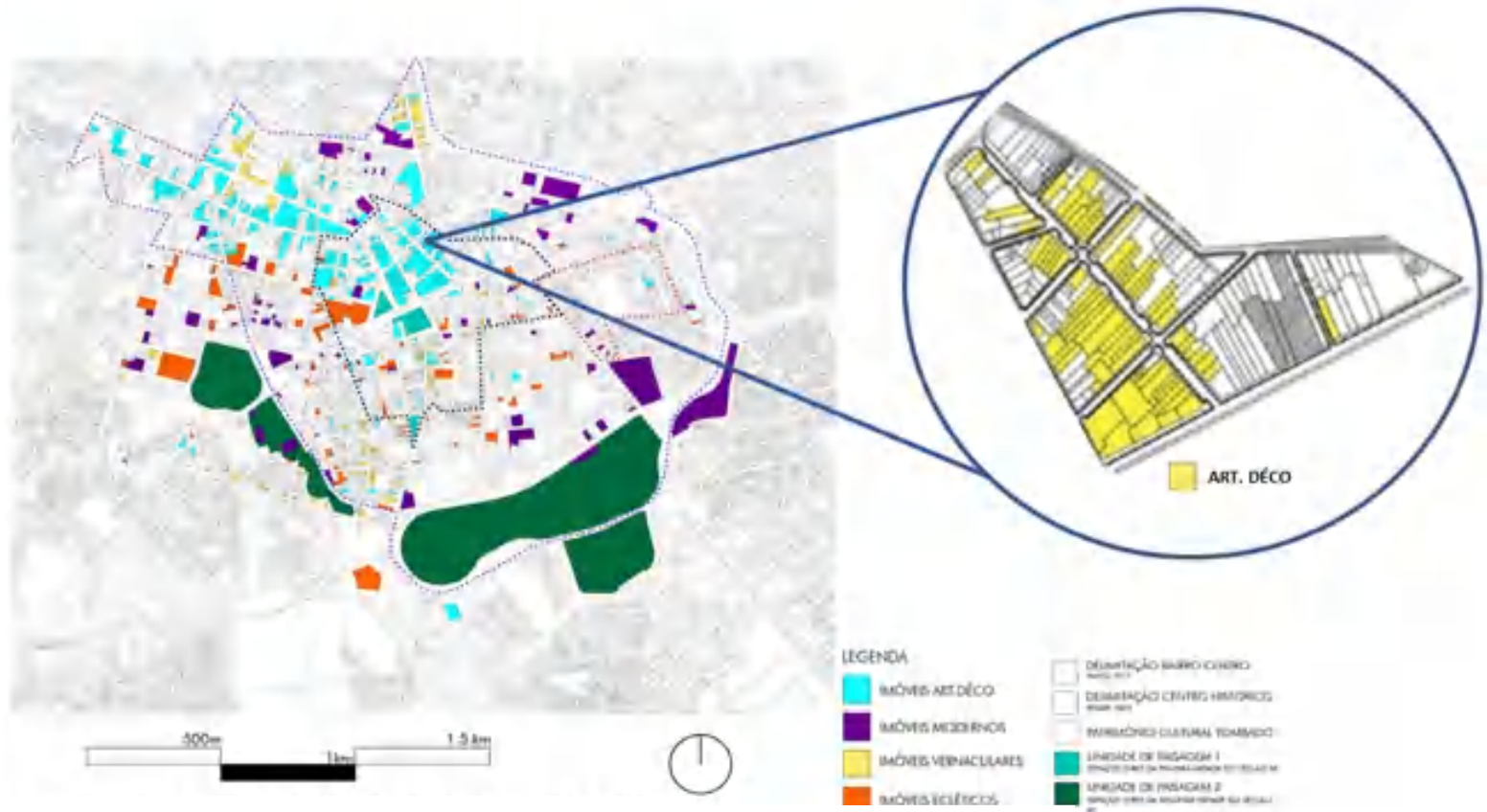


Imagem 21: Mapa do centro de Campina Grande e delimitações.

Fonte: Elaborado pela turma de Estudos Urbanos e Regionais 5, 2017, Adaptado.

segunda metade do século XX.

1930



1940



1950



1960



1970



1980



2017



As imagens trazem um processo de metamorfose da Rua Maciel Pinheiro, desde as primeiras edificações, as transformações de cada período, antes da reforma urbana (1930), após a reforma urbana com as primeiras edificações (1940) trazendo as primeiras atuações da modernidade com automóveis (1950/1960), passando pelo período em que era pedestrializada, com o comércio ambulante, e notório ainda a presença dos letreiros (1970), o que marca ainda o início das ações impulsionadoras do programa Campina Déco, chegando a sequência de quando a via foi reaberta e voltou a ser priorizada para os carros (1980). A última recria a mesma vista das outras imagens, mostrando a situação atual da rua (2017), com o contraste do Edifício Palomo, como elemento marcante da paisagem, que no skyline da rua se sobressai devido a quantidade de pavimentos e suas características modernas o que chega na imagem que a Maciel é e representa hoje.

Fonte: Retalhos Históricos de CG

Fonte: Igor Dantas

Imagem 22: Evolução ao longo das décadas e atual da R. Maciel Pinheiro.

3.5 O PROGRAMA CAMPINA DÉCO

Na década de 1970, foram criados alguns calçadões na cidade, iniciado pelo prefeito Evaldo Cruz, nomeado de “calçadão da Cardoso Vieira”. Em seguida no ano de 1982, na gestão de Enivaldo Ribeiro houve a expansão, abrangendo as ruas Maciel Pinheiro, Semeão Leal e Venâncio Neiva. Com o passar dos anos essas áreas foram ocupadas pelo comércio ambulante, acarretando na medida tomada na década de 1990, na gestão de Felix Araújo, referente à retirada dos calçadões e reabertura das vias para a circulação de veículos, sendo mantido apenas o trecho do Calçadão da Cardoso Vieira. (ARAUJO SOUSA, 2011; apud TAVARES 2016).

No período entre as décadas de 1970 e 1990, o centro de Campina Grande passou a sofrer com sucessivos processos de descaracterização do seu conjunto edificado em decorrência da adaptação às “demandas” do uso comercial predominante na área.

[...]Os tradicionais e homogêneos quarteirões, de testada de terreno estreita e pares portas-janelas de lembrança rural e colonial, passam a ostentar sequências de fachadas geométricas e coloridas, frontões recortados e assimétricos que escondem as duas águas e as telhas do passado. [...] esse “dialeto déco” no Nordeste está sucumbindo à ditadura da ordem estética urbana imposta pelo Luxalon (estruturas de alumínio que cobrem toda a fachada e permitem aplicação de logotipos comerciais gigantes) e pela pasteurização do estilo internacional. (ROSSI, 1994)

Nos anos 1990, já no final e no último mandato de Cassio Cunha Lima, prefeito da cidade, foi realizada uma ação nessa área, nomeado de “Campina Déco”. O programa era referente à associação de intervenções na infraestrutura da Rua e de todos os detalhes que contribuíam para a descaracterização, e poluição visual do ambiente. (ROSSI, 2010).

O programa “Campina Déco” tinha como objetivo a requalificação urbana do centro da cidade, através de intervenções nas redes elétrica e telefônica (de aéreas para subterrâneas), colocação de novas calçadas (com padronização que fazia alusão às festas juninas), troca do mobiliário urbano, realocação dos ambulantes que ocupavam os passeios públicos, o conflito entre placas, faixas e letreiros luminosos, misturados às estruturas do comércio informal (fiteiros nas calçadas, lonas plásticas, barracas de madeira, etc.), aos poucos anularam expressões arquitetônicas (a maioria em art déco) que surgiram com o intuito de modernizar o espaço público e de reformular a sua imagem. No aspecto que diz respeito a recuperação das fachadas, o programa pendia para uma linha de recuperação patrimonial que dava ênfase ao caráter cenográfico delas, com clara referência ao art déco de Miami Beach. Em parte, o projeto foi colocado em prática, embora a obra tenha esbarrado em problemas de execução, na falta de continuidade pelas administrações subsequentes e nas incompreensões de alguns proprietários de imóveis.

A partir do Programa a sociedade começou a reconhecer o patrimônio e a perceber a importância do conjunto que compõe o centro da cidade, no caso em específico a Rua Maciel Pinheiro, como enfatiza Queiroz (2010):

A partir do trabalho de Lia Rossi, o poder público municipal vislumbrou que a revalorização do patrimônio art déco campinense poderia agir como instrumento para potencializar as vendas do comércio central (que já perdia clientes para outras regiões menos congestionadas) e se transformar em produto turístico, associado a outros eventos realizados pelo município. Assim como foi criada a identidade Campina Grande, cidade do São João, desejava-se criar a imagem de Campina Grande como a cidade do art déco. (QUEIROZ, 2010, P.38)

O projeto foi rebatizado popularmente como “Arte de Cores”, e disseminado pela mídia local. A oportunidade de recolorir o centro da cidade que antes era marcado pela limitação como o da pré-história, que o uso da cor é sinônimo das possibilidades de obtenção de pigmentos: animais, vegetais e minerais, encontrados na natureza local ou importados a altos custos. Agora a humanidade urbana está cercada de emissões de luz e pigmentos de alta saturação, coloração que foi escolhida pelos lojistas para intervenção nas fachadas, abdicando da proposta de manter os tons pastéis respeitando a gama cromática original, e escolhendo uma tonalidade mais atraente para as fachadas, já livres dos luxalons de propaganda, e mais viável devido ao uso dado as edificações.



Imagem 23: Fachadas da R. Maciel Pinheiro enfatizando as cores.

Fonte: Google Imagens

Cap. IV

A RUA MACIEL PINHEIRO: RECOMENDAÇÕES PARA INTERVIR

Com base no estudo feito pela Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Crea-SP, “Como e por que preservar” esclarecemos que: Patrimônio são todos os bens, materiais e imateriais, naturais ou construídos, que uma pessoa ou um povo possui ou consegue acumular. E que o “porquê” de preservar ser determina em que, cada indivíduo é parte de um todo – da sociedade e do ambiente onde vive – e constrói, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história humana pelas gerações futuras. A destruição do patrimônio deixado pelas gerações passadas acarreta no rompimento da corrente do conhecimento, levando-nos a repetir incessantemente experiências já vividas. Especificando que devemos preservar todos os bens de natureza material e imaterial, de interesse cultural ou ambiental, que possuam significado histórico, cultural ou sentimental, e que sejam capazes, no presente ou no futuro, de contribuir para a compreensão da identidade cultural da sociedade que o produziu.

Elucida que a preservação é diferente do tombamento, afirmando inclusive que a preservação pode existir sem o tombamento e que o tombamento é uma imposição legal; porém, sem ele não há garantia real de preservação. E que esta é uma importante ação a ser tomada para garantir a preservação definitiva do patrimônio, impedindo, por lei, a sua descaracterização/destruição e propiciando a sua plena utilização. Como também explica a diferença entre a restauração e reforma, que a restauração é uma ação onde atuam especialistas de forma dirigida e integrada, movidos por uma intenção de valorização de um bem histórico e/ou seu sítio. Promove e preocupa-se com a valorização dos estilos, da época de uma dada construção, das técnicas construtivas utilizadas e da ambiência do patrimônio entre outros importantes itens relativos ao bem histórico. Já a reforma não é necessariamente uma intervenção de especialistas em restauração; trata-se da simples transformação do objeto, adequando-o às necessidades contemporâneas.

O estudo também esclarece a sociedade que o proprietário pode adquirir recursos para a conservação ou restauração do bem tombado através de leis de incentivo cultural, como a Lei Rouanet (federal), leis estaduais e municipais, bem como convênios internacionais, fundações com fins culturais e iniciativa privada. Além de que algumas cidades dão descontos de IPTU para os bens tombados, a partir de leis específicas.

Quanto ao questionamento de congelar o desenvolvimento da cidade e fazer “parar” em uma época atrasando sua evolução, é explicado que: são raríssimas as cidades que possuem conjuntos amplos a serem tombados; no geral, as cidades têm apenas bens pontuais para preservação, o que de maneira alguma “congela” o desenvolvimento urbano - ao contrário, valoriza e dá diversidade à paisagem. Sem contar nos benefícios de manter a história preservada, através de bens importantes, pode incrementar o turismo local, e quanto a sustentabilidade, é uma conquista relevante.

4.1 NOÇÃO SOBRE AMBIÊNCIA

Na definição sobre ambiência Viegas e Teixeira (2015) afirmam em um estudo inicial já apontados uma série de termos como: ambiente imediato, atmosfera, quadro envolvente, entorno, contexto, entre outros, frequentemente utilizados para designar a relação de uma arquitetura com o seu ambiente de implantação.

O entendimento de ambiência está relacionado com a capacidade de conservação da escala, dos eixos visuais dos monumentos históricos e da relação harmônica entre o conjunto natural e o edificado. (MANUAL CECI, 2010)

Com base nessas linhas de pensamento, e no que Gustavo Giovannoni fala que: “Existem, naquele momento como agora, duas tendências e dois procedimentos que se batem de frente quando se trata de renovar um velho centro e de determinar as relações entre o ambiente antigo e o desenvolvimento novo: para um, quando se excluem as obras de importância singular e os monumentos altamente venerados, todos os restos do passado não representam mais que “obstáculos” na nova sistematização edilícia; para o outro são, ao contrário, “pontos de referência” imutáveis”. Percebemos que as ambiências são geradas pela subjetividade, com base no nível de interação das pessoas com o ambiente, e podemos entender assim a relação de importância que a Rua Maciel Pinheiro tem com todo o seu contexto, e nesse vínculo de identidade e pertencimento da população, torna-se notório que o início da rua, dado o acesso pela Avenida Floriano Peixoto, e as quadras imediatas, o grau de conservação das edificações não é baixo- isto é, considerando-se o 1º pavimento-, no entanto, na outra extremidade na parte final, nas proximidades da Rua 7 de setembro é que fica claro um alto nível de descaracterização.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

- MAPA ESTADO DE PRESERVAÇÃO



O mapa apresenta o estado de preservação das edificações da Rua Maciel Pinheiro. Com ele podemos verificar que a maior parte dos edifícios que se mantêm íntegros estão no início da rua, próximos a Av. Floriano Peixoto, nos demais quarteirões em sequência, começa a ser evidenciado a descaracterização, sendo mais crítico ao final da rua, junto a Rua 7 de Setembro. Porção da Rua Maciel Pinheiro em que não tem tanta representatividade como patrimônio para a população, que o reconhecimento e a apropriação não são tão significativos como é notado na outra extremidade da rua.

Imagem 24: Mapa estado de preservação, com base nas fichas de inventário

Fonte: Arquivo pessoal, 2018

- **MAPA ESTADO DE CONSERVAÇÃO**



Imagem 25: Mapa estado de conservação, com base nas fichas de inventário

Fonte: Arquivo pessoal, 2018

No mapa ao lado podemos notar que são pontuais as edificações que estão com um grau de conservação precário, e não é evidenciado nenhuma em grau de arruinamento ou ruína propriamente, o que não significa que porque o grau de conservação está bom seja um reflexo da manutenção do patrimônio, tendo em vista as diferenças nos conceitos, como também o que já foi evidenciado no mapa do grau de preservação. Esse resultado do nível de conservação marcado na Maciel Pinheiro retrata o fato de ser uma área de comércio, do caso do centro histórico coincidir com o centro comercial, refletindo que os donos de lojas, os responsáveis pelos locais de comércio na rua se preocupam com a manutenção da área da edificação tendo em vista que o ambiente em que se insere reflete diretamente no funcionamento e rendimento da loja.



• MAPA DE GABARITO

O mapa ao lado traz uma análise do gabarito encontrado na Rua Maciel Pinheiro. É visível que a maioria das edificações apresentam 2 e 3 pavimentos. No entanto, pontualmente, pode-se observar a existência de edificações que se diferenciam com relação ao padrão de ocupação horizontal do conjunto. Esse é o caso da Associação dos comerciantes .1, com 06 pavimentos, da Biblioteca Municipal .2, com 05 pavimentos, do Empresarial Ramos .3, com 08 pavimentos, e do mais imponente Edifício Palomo .4, com 14 pavimentos. Essas edificações são marcos dessa variação de pavimentos da inserção posterior na paisagem, entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, no contexto da introdução arquitetura moderna na cidade como um todo.

Imagem 26: Mapa de gabarito, com base nas fichas de inventário

Fonte: Arquivo pessoal, 2018

- **MAPA DE SOBREPOSIÇÃO DAS LEGISLAÇÕES**

Mapa de sobreposição das legislações patrimoniais aplicadas aos imóveis públicos do centro histórico campinense, e delimitação da área de estudo.



O mapa apresenta uma sobreposição das legislações patrimoniais determinadas para a cidade, sendo evidenciadas as poligonais que estão sob proteção municipal e estadual, as que estão sob proteção estadual somente, e a zona sob proteção estadual, como também demarca a área de estudo, e o destaque dado as quadras que possuem o grau considerável de descaracterização. É o setor da rua que antes pelo sistema viário era considerado o final da via, mas que hoje após as transformações é considerado o início. Esse trecho apresenta o grau de descaracterização elevado, o que contribui para que a população não o identifique como patrimônio déco.

Imagem 27: Mapa de sobreposição das legislações

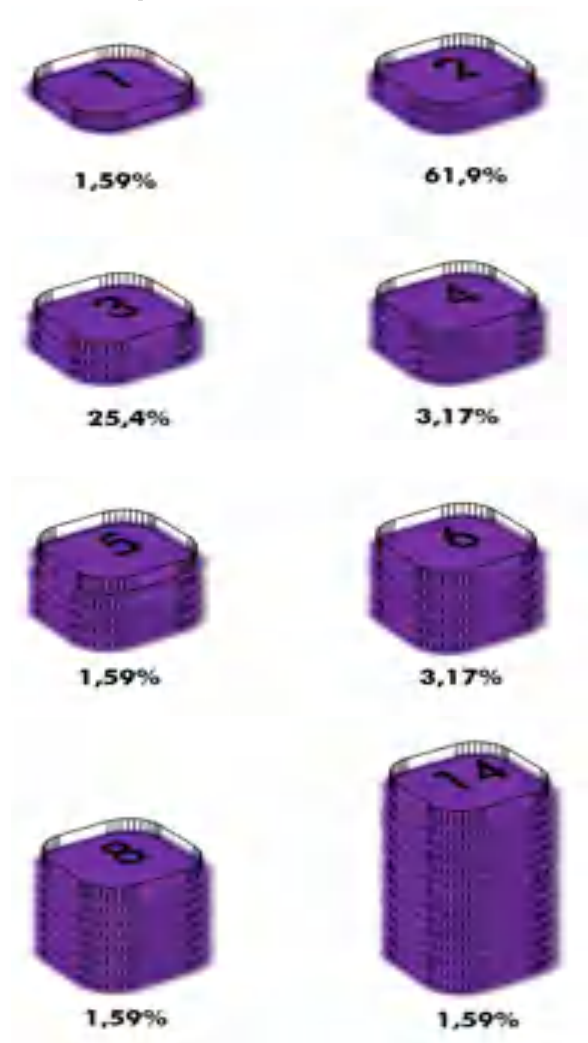
Fonte: Breno Crispim, adaptado

4.3 ATRIBUTOS MORFOTIPOLOGICOS

A delimitação da área do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), ocorre em função das referências culturais presentes num determinado território. Essas áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, ou seja, podem corresponder a uma vila, a um bairro, a uma zona ou mancha urbana, a uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais. É uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social, considerando além das categorias estabelecidas as significações históricas e as imagens urbanas. (PORTAL DO IPHAN).

Sendo assim, para o presente estudo foi tomada a porção da Rua Maciel Pinheiro subdividindo as quadras de ambos os lados. Para a análise foram utilizadas as fichas de Inventário (INRC) elaborados por ocasião dos projetos de extensão do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG “Campina Grande, Arquitetura e Patrimônio Cultural” (PROBEX 2012) e o “Campina Grande: A Cidade como Patrimônio Cultural” (PROEXT 2014) e pelas imagens do Google Street View. Foram analisados os atributos de todas as edificações da área de estudo, sendo 63 no total. As características analisadas foram: quantidade de pavimentos, o uso, o tipo de cobertura, a quantidade de águas, a estrutura do edifício, as cores do acabamento e os materiais de revestimento.

- QUANTO AO GABARITO

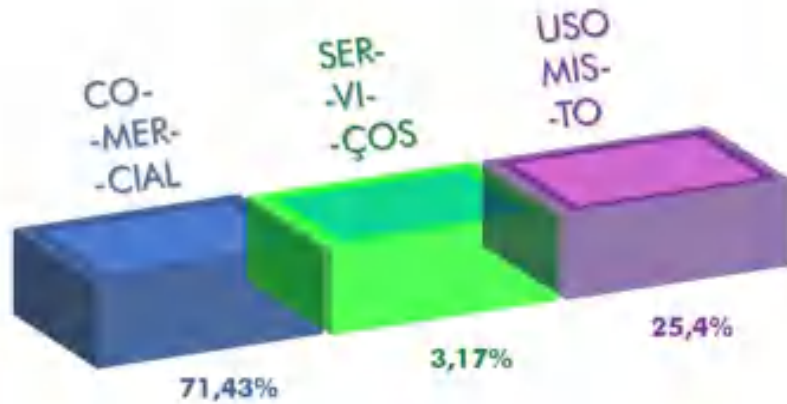


Quanto ao gabarito foi observado que, 61,9% das edificações possui 2 pavimentos, sendo térreo + 1, onde na maioria dos caso o pavimento térreo é destinado ao uso comercial, aberto ao público, enquanto no pavimento superior dá-se o uso restrito aos funcionários. A segunda maior incidência é a de 3 pavimentos, (térreo+2), totalizando 25,4%. Os outros 12,7% se dividem nas edificações de pavimento térreo, 4, 5, 6, 8 e até 14 pavimentos. O edifício Engenheiro Roberto Palomo merece destaque, a edificação de 14 andares que, mesmo sendo único, marca a primeira fase de verticalização na cidade, entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960, junto com os edifícios Lucas e Rique, além de que destoia do padrão de ocupação predominantemente horizontal que compõe a paisagem da rua. Esses resultados são reflexos do entendimento do ideal de modernização embutido na proposta da reforma urbana responsável pela inserção dos edifícios em Art Déco na cidade. Além de que, surgem características que são atributos atuais do patrimônio, como por exemplo os edifícios possuem mais de um pavimento, o térreo é ocupado por comércio, como também a inserção dos edifícios de múltiplos pavimentos que foram incorporados a paisagem, posteriormente entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, no contexto da introdução arquitetura moderna na cidade.

Imagem 28: Ilustração com porcentagem dos gabaritos presentes na R. Maciel Pinheiro

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

- QUANTO AOS USOS



Com a análise dos usos das edificações constatou-se que, pouco mais de 70% delas possuem uso comercial, e as demais edificações uso misto e de serviços. Nas de uso misto poucas apresentaram o uso residencial, sendo mistas de comércio e serviços. Esse fato consolida a importância da Rua Maciel Pinheiro para o comércio, tendo em vista que no polígono do centro histórico de Campina Grande corresponde a principal centralidade urbana, não só do município, mas da região.

Imagem 29: Ilustração representando os usos e suas porcentagens
Fonte: Dados da pesquisa, 2018

- QUANTO A ESTRUTURA

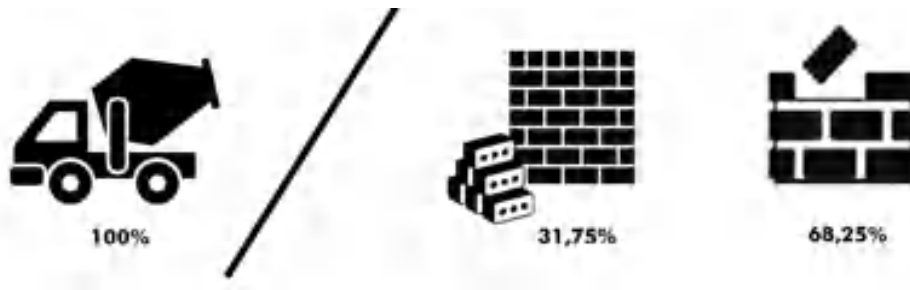


Imagem 30: Ilustração representando a porcentagem da estrutura e dos tipos de vedação
Fonte: Dados da pesquisa, 2018

Em 100% das edificações a estrutura presente é a do concreto armado, sendo 68,25% associadas ao tijolo adobe, e 31,75% associadas aos tijolos de vedação. Esse fato demonstra que, apesar das edificações da rua como um todo possuem um grau de descaracterização elevado, verifica-se a presença do material característico das construções da época. Como também é analisada quem em todas as edificações verifica-se a presença de marquises, platibandas com adornos, composição de ritmos, porcentagem de cheios sobre vazios, ritmo, proporção e molduras das esquadrias, marcação das diferenças de pavimentos, e presença considerável de sacadas.

- QUANTO A COBERTA

Em relação as cobertas, foi analisado que boa parte (53,97%) apresenta cobertura de duas águas, sendo presentes também de quatro águas, uma água, oito águas e laje impermeável. A maioria são de duas águas, com platibanda, e cumeeira perpendicular à via. Já em relação a estrutura da cobertura foi verificada a presença de estrutura de madeira e metálica, e quanto ao material da cobertura evidencia-se com maior incidência o uso de telhas fibrocimento (53,97%), telhas metálicas (23,81), telhas cerâmicas (19,05%) e laje impermeável (3,17%) presente nos edifícios modernos que foram inseridos a paisagem da rua.

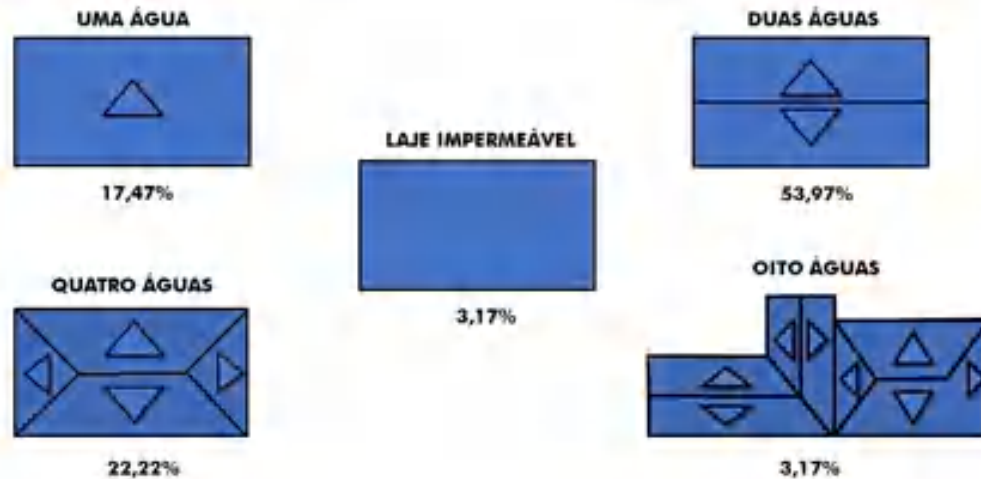


Imagem 31: Ilustração tipos de cobertura e porcentagem de utilização
Fonte: Dados da pesquisa, 2018



Imagem 32: Ilustração tipos de telhas e porcentagem de utilização
Fonte: Dados da pesquisa, 2018

- QUANTO AO ACABAMENTO

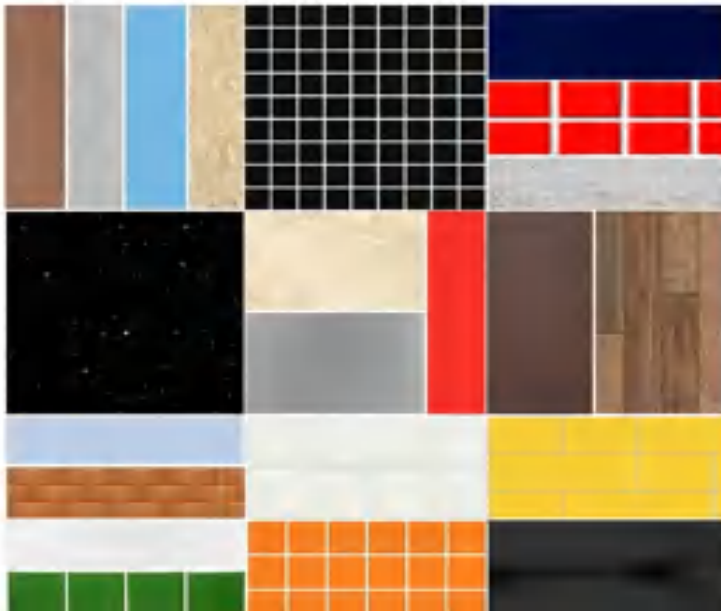


Com análise do acabamento verifica-se o uso de tinta fosca para todas as edificações, mudando apenas as cores. Os tons abaixo são os verificados ao longo da rua, sendo diferenciados dos tons ocre, característicos do estilo art déco. Isso ocorre principalmente em razão do projeto já mencionado anteriormente “arte de cores”, no qual utilizou como partido o fato de que o reconhecimento dos tons fortes pela população é o que evidencia uma identidade para o local, devido ao uso comercial predominante. Além disso, todos os comerciantes prezam por cores atrativas e que chamem atenção para seu ponto.

Imagem 33: Ilustração com a paleta de cores predominantes na R. Maciel Pinheiro

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

- QUANTO AO REVESTIMENTO



Já quanto ao revestimento das fachadas, tendo em vista que a análise foi dada a partir da caracterização externa, foi visto a presença de granilite, granito, painel de alumínio, cerâmica, cerâmico casquilho e vidro, havendo as variações quanto as cores dos respectivos revestimentos.

Imagem 34: Ilustração comos revestimentos presentes nas fachadas

Fonte: Dados da pesquisa, 2018

4.4 RECOMENDAÇÕES

Depois de elaborar as análises, chegou-se a determinadas conclusões, acarretando em algumas recomendações direcionadas a conservação do conjunto histórico do patrimônio edificado da Rua Maciel Pinheiro. Sendo elas em relação a educação patrimonial, as edificações, a inserção urbana e a gestão e normativa.

- **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Ainda é muito forte o desinteresse para voltar os olhos para o que consolidou nossa história. É necessário que ações de educação patrimonial sejam tomadas nas escolas, não que se conte somente a história, mostrando o que aconteceu em tempos passados, mas reforçando a importância desses atos para a consolidação da sociedade atual, mostrando que o patrimônio estando “vivo” é a porta para a permanência da base da evolução, para manutenção no presente e a garantia para se manter progredindo.

É preciso também trazer para fora das escolas a educação patrimonial, promover e socializar informação sobre o patrimônio, propondo elementos de sinalização, disseminando as informações e o conhecimento produzido acerca desse patrimônio para os usuários de maneira geral uma das propostas do presente trabalho é a possibilidade da utilização de totens (como o que foi implantado na feira central).

A gestão participativa com os comerciantes também é uma forma de expandir a educação patrimonial, fazendo com que eles entendam o valor do ambiente físico do comércio devido a importância do conjunto culturalmente, verificando que o valor do ponto comercial não se dá só pela localização em que se insere, fazendo com que explorem o patrimônio agregando por consequência valor ao ponto, gerando um ciclo, tendo em vista que quanto mais o patrimônio for entendido como importante, mais trará valor ao comércio.

- **AS EDIFICAÇÕES**

Com base nos pontos analisados pela caracterização das edificações quanto ao **gabarito** propõe-se medidas que procurem suprir o fato que os pavimentos superiores têm ficado obsoletos, já que os pavimentos térreos quase que em sua totalidade são voltados para o comércio e conseqüentemente os proprietários fazem uso dos pavimentos superiores apenas para depósito.

Quanto aos **usos** deve-se consolidar o comércio que já foi visto como potencialidade, porem além de concretizar os usos que já existem deve-se propor usos que criem dinâmicas em horários diferentes do horário comercial permitindo a liberdade de fortalecer a questão cultural, promovendo o uso a noite, como também o uso habitacional potencializando a vitalidade na rua em horário integral, para que não seja verificado as vacâncias.

Já quanto aos **acabamentos** e **revestimentos** das fachadas, foi verificado por preferência dos comerciantes o uso das cores fortes tanto das tintas quanto dos materiais de revestimento, desde as intervenções do Campina Déco que a Rua Maciel Pinheiro possui esse caráter colorido, com tons chamativos, o que é peculiar da atratividade buscada pelo comercio, uso predominante da área. Assim, como associa-se a via imediatamente as cores fortes, não sendo vinculado mais aos tons exclusivamente pasteis, propõe-se para a manutenção das fachadas e conservação do patrimônio a permanência da mesma paleta de cores já consolidada, desde que não sejam conflitantes, com acabamentos brilhosos, porque elas comprometem tanto em termos estruturais (devido a areia e o cal que compõe a construção) como vão de encontro a legislação. Assim por meio dos elementos de identidade, que já possui relação forte com a população deve-se manter para catalisar a apropriação da área como patrimônio histórico e bem cultural.

No caso da composição das fachadas no que concerne aos ornatos há a recomendação da manutenção da platibanda que em geral é onde congrega a maior parte dos elementos geométricos que traduzem o estilo, os ornatos que destacam a esquadria, e seu ritmo, a proporção dos cheios e vazios também devem ser mantidos, a marcação das diferenças de pavimentos, sacadas e marquises, mesmo que o térreo já tenha sido alterado, deve-se considerar para os outros pavimentos, pois a alteração do térreo, as aberturas feitas no espaço já são consolidadas por legislação e toma referência.

Se faz necessário de maneira geral, medidas para remoção dos elementos espúrios (caixas de ar condicionado, faixas, letreiros, toldos), elementos que causem poluição visual, e comprometam o entendimento da fachada.

- **INSERÇÃO URBANA**

Patrimônio histórico está inserido num contexto urbano, trata-se de um conjunto, não há como considerar especificamente uma edificação apenas, muito menos não voltar os olhos para fora da fachada estendendo ao contexto da rua. É necessário que as ações de preservação se voltem para o exterior, para que assim se fortaleça a relação do usuário com o ambiente interno da edificação.

Entende-se pelo diagnóstico, que, fazer uso de iluminação embutida para enriquecer o ambiente, propondo postes de iluminação na escala do pedestre, e a condição do passeio das calçadas sem obstáculos para valorizar a experiência do caminhar.

Como também se propõe uma adequação dos espaços públicos e dos mobiliários para que promovessem uma melhor experiência dos usuários na área, inserindo e valorizando, inclusive, espaços de permanência, acarretando em novas vivências para área, induzindo a área a existir apropriação e reforçar o caráter de centralidade da cidade, e a importância do comércio e da vivência. O potencial da Rua Maciel Pinheiro é muito grande e é uma área que poderia estar sediando eventos efêmeros do final de semana após o horário comercial, já que há uma redução significativa da vivência da rua, possibilitando um calendário de eventos, como por exemplos mais gerais uma feira de orgânicos, presença de FoodTrucks, artesanato, atividades que não comprometam o entendimento do ambiente, mas que só contribuam incentivando para que as pessoas se apropriem do espaço em um horário que não é comercial reforçando o caráter de centralidade. Atividades já foram executadas pontualmente no natal e no dia das crianças de 2016, e na copa do mundo de 2018, com a transmissão do jogo do Brasil.



Imagem 35: Fotos da Rua Maciel Pinheiro fechada para os carros em feriados, e com a promoção de atividades para população;
Fonte: Globo.com



Imagem 36: Fotos da Avenida Paulista, São Paulo- SP, como exemplo de rua que se fecha para os carros aos domingos e feriados e que se estabelece variados usos e a presença de diversas tribos;
Fonte: Google Imagens

- **GESTÃO E NORMATIVA**

Deve-se reconhecer a importância de determinadas centralidades e a gestão delas fazer parte do processo de planificação urbana para que se atualize e se mantenha ativo o contexto histórico e cultural da cidade.

A gestão pública deve acompanhar a velocidade das mudanças da sociedade para que consequentemente esteja a par de todos os interesses de intervenção havendo um monitoramento do patrimônio, com controle, sem esquecer que deve haver agilidade nos procedimentos, pois os atrasos não são compatíveis com a urgência de mudanças exigidas pelos dados usos, o que acaba barrando as intervenções legais e gerando desinteresse. Além de que devem existir mecanismos que favoreçam a permanência e intervenção, para ajudar a população que será atingida pelos custos mais altos que são vinculados aos imóveis protegidos pelo tombamento.

Em relação as legislações temos conhecimento que existem os decretos com as delimitações aplicadas aos imóveis do centro, porém observa-se que a poligonal estadual abrange uma área maior que a municipal, o que gera um questionamento pois, em termos locais a área de reconhecimento deveria ser maior, portanto medidas de aplicação e revisão da legislação municipal para uma área maior se faz necessária para uma abrangência da apropriação desse patrimônio.

Como também buscar um entendimento da dinâmica atual, montando uma releitura, pois existe uma especulação imobiliária, o comércio tem de promover modificações de manutenção, em um tempo determinado, em que o comércio e a especulação que regem a área, levam para o funcionamento efetivo desse uso. Analisando sob diferentes poligonais, com diferentes tipos de preservação, considerando conjuntos que estão também fora das poligonais, mas que são representativos para o patrimônio, para reforçar o caráter de centralidade e o vínculo da população, para que as intervenções que venham ocorrendo nos entornos que não são preservados não atinjam ao centro.

Cap. V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Saber preservar e identificar a história das cidades é um esforço coletivo que depende da participação dos cidadãos, mas deve ser coordenada pelo poder público.” Nadia somekh

Após concluir o trabalho, faz-se necessário ressaltar algumas considerações. Fica claro com base na conceituação feita acerca do patrimônio que é inegável a importância da Rua Maciel Pinheiro para a região de Campina Grande-PB, não exclusivamente como patrimônio histórico, mas também como patrimônio cultural, como representatividade da identidade da sociedade e por estar inserida na principal centralidade urbana municipal e regional.

Verificando as análises que foram feitas para a área de estudo e o conjunto patrimonial que a compõe foi possível ver a influência do Art Déco para a composição das edificações da cidade, podendo considera-lo como um estilo, a caracterização do Déco Sertanejo, e as motivações para a implementação do programa Campina Déco.

Foi elaborado um estudo analisando as fichas de inventário da porção da Rua Maciel Pinheiro, sendo analisado o grau de conservação, de preservação, os gabaritos, os usos, os acabamentos, tipos de revestimento para concluir a caracterização das edificações, como também foi analisado as legislações e a sobreposição delas, para assim, a partir dessas informações ser possível a idealização das recomendações para o patrimônio em questão.

Assim, fundamentada nas informações, e na citação de Nadia Somekh verificada no início das considerações concluímos que: só instituir, criar leis, usar os instrumentos de proteção, não é suficiente se você não tiver uma política bem definida, inclusive com planos de gestão elaborados, e com a participação de todos os agentes envolvidos. Não é suficiente o poder público IPHAN ou IPHAEP estabelecer que deve tomar se não houver o reconhecimento de quem são os agentes e não os envolver em todo o processo da política e gestão.

A valorização do patrimônio só pode ocorrer socialmente, quando a comunidade onde o bem cultural está inserido (seja ela local, municipal, nacional ou mesmo mundial) entende que ele é relevante para contar a sua história e construir sua identidade. A participação efetiva tem que ser bem informada. Por isso, políticas de educação patrimonial são uma

das bases para a conservação dos bens culturais. No México, por exemplo, desde o primário as crianças são ensinadas nas cartilhas sobre o valor “do acervo deixado pelas velhas gerações” (LEMOS, 2013).

Vivemos uma realidade da busca incessante do novo pelo novo, focando sempre na velocidade do comércio e no suprimento da economia, mas sob o paradigma de colonização, acostumados com a espera, estáticos, aguardando que outros povos tomem atitude, busquem medidas, que intervenham sobre o patrimônio para que possamos nos espelhar, e nunca ter a iniciativa e servir de espelho para os demais.

Temos que tomar iniciativa, propor projetos, mesmo que se depare com pioneirismo, mas tendo consciência que existe uma visão equivocada que restaurar é fazer o local retornar ao seu estado “original” devendo ressaltar para evitar o erro em que o patrimônio diversas vezes é recriado como um cenário artificial, para evitar que se dissemine a ideia que o patrimônio se resume em fachadas para o turista. É preciso buscar sempre a relação de pertencimento ao espaço, reconhecimento, não fazer da cidade um amontoado de coisas sem sentido tem-se que reconhecer o que é importante no conjunto patrimonial e com possibilidades de mantê-lo vivo, subsidiando para acabar com a ideia que é mais “viável” esperar cair do que intervir, fortalecendo a memória coletiva do bem-cultural.

Mas por que existe o descaso? O desinteresse? Seria interessante que em trabalhos futuros, a partir do que já foi feito até aqui, fossem investigadas as razões que levam a esse desinteresse. Sabendo que, se o povo não preservar sua história dificilmente conseguirá planejar o seu futuro.

Cap. VI

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. 304 p.

TRABALHO VIVO COMO APROPRIAÇÃO DO INAPROPRIÁVEL E CRIAÇÃO DE FORMAS DE VIDA; revista.uft.edu.br/index.php/encena- Jan/Jun. 2016, Vol. 01, n. 1, 29-49., **Ferreira, João Batista de Oliveira; Martins, Soraya Rodrigues; Vieira, Fernando de Oliveira**

BRANDI, Cesare, Teoria da Restauração/1906-1988

LACERDA, Norma, ZANCHETI, Sílvio Mendes; Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos Organização

EDUCAÇÃO, IDENTIDADES E PATRIMÔNIO, Usos sociais do patrimônio cultural; **De Oliveira, Eduardo Romero.**

Bonduki, Nabil. Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos – Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2010. 376 p

PATRIMÔNIO HISTÓRICO: COMO E POR QUE PRESERVAR; **Ghirardello, Nilson e Spisso, Beatriz;** colaboradores: Gerson Geraldo Mendes Faria [et al.]. -- Bauru, SP: Canal 6, 2008.

PEREIRA, Danilo Celso; Cidade, patrimônio e território: as políticas públicas federais de seleção no Brasil do Século XXI

PCH:A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL COMO POLÍTICA REGIONAL E URBANA; **De Azevedo, Paulo Ormindo.**

FREIRE, Adriana. Difusão da Arquitetura Moderna em Campina Grande (PB). 2010

○ RESTAURO NA ATUALIDADE E A ATUALIDADE DOS RESTAURADORES; **ALOISE**, Julia Miranda

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães; O Programa de Cidades Históricas1: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural urbano. Em Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 15-57. Jan. - abr. 2016.

MELO, Raphael Ferraz Almeida de Edifícios novos em sítios históricos: análise dos impactos sobre a autenticidade e integridade do patrimônio construído. Em: Recife: O Autor, 2009. 140 folhas.: il., fig., quadros.

DOBRY-PRONSATO, Sylvia Adriana; BOUCINHAS, Caio; PESSOA, Denise Falcão. Parque ecológico aldeia de Carapicuíba: Projeto de paisagismo participativo valorizando um patrimônio histórico. Em: PAISAGEM E AMBIENTE: ENSAIOS- N. 37 - SÃO PAULO - P. 101 - 117 – 2016

GIACOMINI, Fernanda Corrêa; PÓVOAS, Rui Humberto Costa de Fernandes. Os edifícios antigos de arquitetura corrente em centros históricos no contexto do patrimônio cultural: especificidades e condicionantes para projetos de intervenção arquitetônica. In: Pós, v.18 n.29

AL RABADY, Rama; RABABEH, Shaher; ABU-KHAFAJAH, Shatha. Urban heritage governance within the context of emerging decentralization discourses in Jordan. In: Elsevier, Habitat Internacional. Volume 42, April 2014, Pages 253–26

COSTA, Andréa Virgínia Freire; Lugares do passado ou espaços do presente? Memória, identidade e valores na representação social do patrimônio edificado em Mossoró–RN. In: Recife: O Autor, 2007. 204 folhas: il., tab., gráf.

ARAÚJO, Evelyne Labanca Corrêa de, O laço que prende: um estudo sobre conservação integrada em metodologias de desenvolvimento local sustentável: o papel do patrimônio cultural construído in: Recife: O Autor, 2008. 153 folhas.: il., fig., tab., quadros;

MARQUES, Marcia Tereza Campos, Condições de Habitabilidade no Centro Histórico de São Luís-MA: Estudo das atividades comerciais e de serviços necessárias e das atividades incompatíveis, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - UFPE/UEMA São Luís, 2002 –91 p; il;

GUZZO, Ana Cristina Provin; A Importância do Estudo do Patrimônio Histórico para o resgate da Memória.

GARCÍA, Domenech, S. (2014): Percepción social y estética del espacio público urbano en la sociedad contemporánea. In: Arte, individuo y Sociedad, 26 (2) 301-316;

LEAL, Fernando Machado. Restauração e Conservação de Monumentos Brasileiros. Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 1977.

IPHAN, Manual de conservação preventiva

FERREIRA, Thiago Turino; Técnicas de conservação e restauro das estruturas em madeira de telhados históricos no Brasil: 2010

TAVARES, Fabiana Mendes, Técnicas de conservação e restauro das estruturas em madeira de telhados históricos no Brasil: 2011

OLIVEIRA, MM. Tecnologia da conservação e da restauração - materiais e estruturas: um roteiro de estudos [online]. 4th. ed. rev. and enl. Salvador: EDUFBA, 2011

<http://campinagrande.pb.gov.br/historia/>

QUEIROZ, Marcus Vinicius Dantas de. "Art Déco em Campina Grande (Pb): Valorização, Patrimonialização E Esquecimento". in Revista UFG / Julho 2010 / Ano XII nº 8

QUEIROZ, M. V. D. Quem te vê não te conhece mais: arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). São Carlos: Dissertação (Mestrado) – PPGAU/EESC/USP. 2008

ROSSI, Lia Monica "Art Déco Sertanejo e uma revitalização possível: programa Campina Grande Déco". in Revista UFG / Julho 2010 / Ano XII nº 8 39 Art Déco em Campina Grande. dossiê ART DÉCO

<http://www.art-deco-sertanejo.com/historia/historia.html>

Título original: “Vecchie Città ed Edilizia Nuova”, Nuova Antologia, 1913, vol. CLXV, fasc. 995 (1o de junho), pp. 449-472 (N. dos T.).

Velhas Cidades e Nova Construção Urbana; Tradução: Renata Campello Cabral e Carlos Roberto M. de Andrade e Revisão: Tania Onorati.

Conservar: Olinda boas práticas no casario / Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada; org. Juliana Barreto, Vera Milet. – Olinda: CECI, 2010. 60 p.: il., fi g., fotos, mapas, plantas.

SOMEKH, Nadia: ORGANIZADORA, PRESERVANDO O PATRIMÔNIO HISTÓRICO: um manual para gestores municipais;

BRAGA, Emanuel Oliveira. Gentrificação. In: **GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia** (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cartas Patrimoniais. 2018. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17575&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional>>.

Acesso em:

outubro de 2018

ZANCHETI, S. M.. Conservação integrada e planejamento urbano na atualidade. Espaço & Debates, São Paulo, v. '23, n.43-44, p. 92-105, 2004.

SANT'ANNA, Márcia. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: **REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia** (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>

MONTEIRO, Maria da Conceição Alves, "A qualidade e o impacto no meio ambiente"/ Rio de Janeiro/ 2010

LEMOS, A educação formal é uma maneira de sensibilizar 11 (Lemos, Da Taipa ao Concreto: crônicas e ensaios sobre a memória da arquitetura e do urbanismo, 2013, pág. 100))

ANEXOS

FICHAS DE INVENTÁRIO

Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. **Nome(s) Tradicional(ais) de identificação do imóvel particular**
Centro Histórico de Campina Grande - Paraíba

1.2. **Nome(s) Tradicional(ais) de identificação do bem do imóvel**
Patrimônio Urbano e Arquitetônico do Século XX

1.3. **Identificação do tipo (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)**
Edifício nº 233, Loja Igarassá

1.4. **Código Identificador**
HMPT020

2. PLANO DE CROQUIS (IMPLANTAÇÃO NO TERRENO)



3. IMAGENS (CROQUIS DAS FACÇADAS)



4. TIPOLOGIA

Religiosa	Edifício de 30-50	3	Plano	Adoço de rua (m)	12
-----------	-------------------	---	-------	------------------	----

5. TIPO DE USO

3.1. Civil	3.2. Militar	3.3. Industrial	3.4. Comercial	3.5. Outros
			Mixto (Comércio + Serviços) [?]	
			Mixto (Comércio + Serviços)	

6. TIPOLOGIA DO TERRENO

6.1. Tipo de solo	6.2. Inclinação	6.3. Outros
Argilo arenoso	10%	

7. DIMENSÕES

7.1. Área da rua (m²)	7.2. Área do terreno (m²)	7.3. Área do edifício (m²)

8. OUTROS DADOS

8.1. Data de construção: 1950-1960
8.2. Material de construção: Concreto armado
8.3. Estado de conservação: Bom

9. OUTROS DADOS

9.1. Tipo: Edifício
9.2. Uso: Comércio + Serviços
9.3. Estado de conservação: Bom

10. OUTROS DADOS

10.1. Tipo: Edifício
10.2. Uso: Comércio + Serviços
10.3. Estado de conservação: Bom

11. FORTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ARAÚJO, G. B. Campina Grande no espaço econômico regional: estudo de fôrm, impulso e impulso comercial: arquitetura (Monografia). Centro de Humanidades, Universidade Federal de Paraíba, Campina Grande, 1991.

FERREZ, J. L. S. Modernização e Modernidade: um olhar sobre a arquitetura moderna em Campina Grande (1940-1970). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

QUERQUE, H. A. D. O que é o século XX em arquitetura e urbanismo em Campina Grande em transformação (1910-1950). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SOUSA, F. S. R. Cartografia e imagens da cidade Campina Grande (1920-1940). Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

12. IMAGENS



13. BREVE DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

Edifício com três pavimentos (T+2), implantação sobre as melhores frentes e alças do lote. Especificação original do pavimento térreo: vão único [?]. Especificação original do 1º pavimento: fragmentação em vários ambientes [?]. Estrutura: concreto armado associado à alvenaria estrutural de tijolo de adobe [?]. Marquise de concreto armado. Cobertura: duas águas, com estrutura de madeira e telhas metálicas [?]. Fachadas: esmalte em áreas; frisos de apresentação; alças; frisos de ornamentação; painéis.

(3.1) Frente exterior (Estrutura estrutural: Estrutura, Madeira e Alvenaria)

Estrutura simples de concreto armado associado à alvenaria estrutural de tijolo de adobe. Acabamento em tinta (cor: azul), amarelo e branco.

Ficha M302 – Bem imóvel – Arquitetura – Caracterização externa

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. **Nome(s) Tradicional(ais) de identificação do imóvel particular**
Centro Histórico de Campina Grande - Paraíba

1.2. **Nome(s) Tradicional(ais) de identificação do bem do imóvel**
Patrimônio Urbano e Arquitetônico do Século XX

1.3. **Identificação do tipo (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)**
Edifício nº 233, Loja Igarassá

1.4. **Código Identificador**
HMPT020

1.5. **Descrição (Características construtivas, técnicas, estéticas e administrativas)**
Cobertura de duas águas, com estrutura de madeira e telhas metálicas [?]. Comércio perpendicular à rua Manoel Pinheiro e paralelo à rua Cardoso Vieira. Presença de pilótos.

1.6. **Abertura e fechamento (Elementos construtivos, fechamentos, telhas e sustentáculos)**
Abertura: presentes as fachadas térreo: 30, sendo 08 portais, 20 janelas. Pavimento térreo: 26 portais de aço galvanizado, pavimento superior: 18 (janelas de madeira e vidro (gata) - vidro, 10 janelas ferro e vidro (decoração).

1.7. **Estado de conservação**
Bom

1.8. **Características (PDI, Centro Histórico e Arquitetura, Rua Manoel Pinheiro)**

14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (anotações, especificações e outras)

Elementos patrimoniais no edifício: Pórtico e Tubulações

15. FOTOGRAFIAS (IMAGENS) (EXISTENTE) (sempre quando houver imagens disponíveis)

15.1. Frente (avista: rua)	15.2. Planta	15.3. Localização e base documental	15.4. Data

16. OUTROS ENCAMINHAMENTOS BASES DE DADOS (sempre quando houver imagens disponíveis)

16.1. Tipo	16.2. Quest	16.3. Autor, localização e base documental	16.4. Data
Fotografia			
Desenho			
Outros			

17. FORTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ARAÚJO, G. B. Campina Grande no espaço econômico regional: estudo de fôrm, impulso e impulso comercial: arquitetura (Monografia). Centro de Humanidades, Universidade Federal de Paraíba, Campina Grande, 1991.

FERREZ, J. L. S. Modernização e Modernidade: um olhar sobre a arquitetura moderna em Campina Grande (1940-1970). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

QUERQUE, H. A. D. O que é o século XX em arquitetura e urbanismo em Campina Grande em transformação (1910-1950). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SOUSA, F. S. R. Cartografia e imagens da cidade Campina Grande (1920-1940). Tese (Doutorado). Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

18. IMAGENS

18.1. Descrição	18.2. Autor	18.3. Data
Canto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal de Campina Grande	Projeto de Extensão Campina Grande, Arquitetura e Patrimônio Cultural (PROEXT 2010)	Projeto de Extensão Campina Grande - A Cidade como Patrimônio Cultural (PROEXT 2010)
18.1. Descrição	18.2. Autor	18.3. Data
Prédio Igarassá	Prédio Igarassá	13/05/2014

Ficha M301 – Cadastro de bens

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO			
1.1. Recurso Topográfico (Identificação da região estudada)			
Centro Histórico de Campina Grande - Paraíba			
1.2. Recurso Temático (Identificação do tema do estudo)			
Patrimônio Urbano e Arquitetônico do Século XIX			
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)			1.4. Código Identificador
Edifício nº 235, Loja Ipanema			HMP038
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIDADE OBJETO DE ANÁLISE			
2.1 UF		2.2 Localidade	
PB		Campina Grande	
2.3 Endereço Completo (logradouro, nº, complemento)		2.4 Código Postal	
Rua Manoel Pinheiro, nº 235, Centro		58400-100	
3. COORDENADAS GEOGRÁFICAS			
3.1. Identificação do Proprietário		3.2. Contato	
LatITUDE		LONGITUDE	
Longitude		Município	
Altitude (m)		Outro	
Eixo Norte (m)			
4. NATUREZA DO BEM			
5. CONTEXTO		6. PROTEÇÃO EXISTENTE	
7. PROTEÇÃO PROPOSTA			
Bem arqueológico		Patrimônio mundial	
Bem paleontológico		Federal individual	
Patrimônio natural		Federal conjunto	
X Bem imóvel		Estadual individual	
Bem móvel		X Estadual conjunto	
Bem integrado		Municipal individual	
4.1 Classificação		Municipal conjunto	
Arquitetura Art Déco		Ensemble de bem protegido	
8. ESTADO DE PRESERVAÇÃO		9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO	
X Integro		X Bom	
Pouco alterado		Precário	
Muito alterado		Em andamento	
Desconhecido		Anulado	
8.1 Tipo legislação incidente		9.1 Tipo legislação incidente	
Lei Municipal nº 372/1999		Decreto Estadual nº 25.139/2004	
10. IMAGENS (copiar quando litas bem necessárias)			
			
11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS (opcional)			
A construção está inserida no conjunto arquitetônico da Rua Manoel Pinheiro, Centro da cidade de Campina Grande, Paraíba. Sua formação é de finais do século XVIII começo do XIX, a partir da expansão das atividades realizadas no Largo do Comércio Velho e da consolidação e dinamização do Largo do Comércio Novo. Até princípios da década de 1930, predominava estrutura fundiária de lotes estreitos e compridos, ocupados por construções majoritariamente térreas, de vãos mistos, que reproduzem os modelos coloniais de implantação, com referências formais neoclássicas e ecléticas. Com as reformas urbanas empreendidas a partir dos anos 1930, a Manoel Pinheiro foi alterada, pavimentada e saneada, resgatando seu caráter de principal logradouro da cidade para comércio e serviço. Grande parte das antigas construções foi substituída por sobrados com referências art déco, com dois ou mais pavimentos, fruto da reestruturação fundiária da região, característica que mantém até o momento. Nos arquivos pesquisados, não foram encontradas informações históricas sobre a edificação.			
11.3 Outras informações (opcional, se houver)			

Ficha M301 – Cadastro de bens

MÓDULO CADASTRO

1. IDENTIFICAÇÃO		
1.1. Recurso Topográfico (Identificação da região estudada)		
Centro Histórico de Campina Grande - Paraíba		
1.2. Recurso Temático (Identificação do tema do estudo)		
Patrimônio Urbano e Arquitetônico do Século XIX		
1.3. Identificação do Bem (denominação oficial, denominação popular, outras denominações)		1.4. Código Identificador
Edifício nº 235, Loja Ipanema		HMP038
12. PREENCHIMENTO		
12.1 Data(s)	Curso de Arquitetura e Urbanismo/ Universidade Federal de Campina Grande Projeto de Extensão Campina Grande, Arquitetura e Patrimônio Cultural (PROEXT 2012) Curso de Extensão, Campina Grande, 8 Coleções sobre Patrimônio Cultural (PROEXT 2016)	12.2 Dia(s)
12.3 Responsável	Breno Viana Orsini Pedro Henrique Leite Cavaleiro Isabela Tereza Gomes Vilar	12.06/2016

